CARLISA S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CNPJ/M.F nº 00.473.895/0001-81
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos a sua apreciação as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
Circulante	12.976	13.989	**Circulante**	5.072	4.341
Caixa e equivalentes de caixa	10.962	10.801	Fornecedores	90	112
Contas a receber	1.948	2.875	Obrigações fiscais	153	226
Imóveis destinados à venda	-	-	Imposto de renda	822	953
Outros ativos circulantes	66	313	Contribuição social	435	423
			Outras contas e despesas a pagar	3.572	2.481
Não Circulante	177.475	165.619	Parcelamentos fiscais	-	146
Realizável a Longo Prazo	30	30	**Não Circulante**	1	-
Partes relacionadas	-	-	Parcelamentos fiscais	-	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo	30	30	Partes relacionadas	1	-
			Cauções	-	-
Investimentos	124.766	109.994	**Patrimônio Líquido**	185.378	175.267
			Capital social	161.795	161.795
Imobilizado	52.679	55.595	Reservas de lucros	11.709	10.071
			Lucros acumulados	11.874	3.401
Total do Ativo	190.451	179.608	**Total do Passivo**	190.451	179.608

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em milhares de reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2017	2016
(Prejuízo) lucro do exercício	32.759	24.393
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Encargos de depreciação	2.916	2.915
Resultados de participações societárias	(14.772)	(4.705)
Diminuição (aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	927	(239)
Outros ativos	247	(295)
Imóveis destinados à venda	-	-
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(22)	53
Obrigações fiscais, imposto de renda e contribuição social	(192)	(668)
Parcelamentos fiscais	(146)	(279)
Outros passivos	1.091	1.022
Cauções	-	(114)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**22.808**	**22.083**

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	2017	2016
Aquisição de investimentos	-	-
Aquisição de imobilizados	-	(20)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	**-**	**(20)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Integralização de capital	-	-
Pagamento de dividendos	(22.649)	(24.400)
Partes relacionadas	1	252
Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(22.648)**	**(24.148)**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa	**161**	**(2.084)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.801	12.885
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.962	10.801
	161	**(2.084)**

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em milhares de reais)*

1- Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, podendo adquirir ou alienar participações societárias e a administração de bens, empreendimentos ou negócios exclusivamente próprios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R$). b) Circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação provável ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta-movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) Contas a receber: São contabilizadas pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. f) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base no balanço das investidas levantados na mesma data. g) Imobilizado: Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação e amortização acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas de acordo com a vida útil dos bens. h) Imposto de renda e contribuição social: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 8% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social à razão de 12% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social é sobre 100% das demais receitas e ganhos de capital auferidas. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial, quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas, tendo como base, as melhores estimativas do risco envolvido. j) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **4. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social totalmente integralizado monta R$ 39.400.192,00, representado por 65.400.192 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. b) Reservas de lucros: Corresponde ao Lucro remanescente, após a destinação para reserva legal e compensação de prejuízos e a distribuição dos dividendos. **5. Instrumentos financeiros:** A Sociedade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale a seu valor de mercado. A Empresa opera em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. A partir do mês de setembro/2013, a Empresa passou a restringir sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A Empresa manteve até o mês de setembro/2013, investimentos em títulos de renda fixa junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esta instituição financeira encontra-se em processo de liquidação extrajudicial. A administração da Entidade efetuou provisão para perda desses valores, uma vez que os saldos não possuem cobertura total pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). No ano de 2014, parte do saldo aplicado foi devolvido pelo Banco Cruzeiro do Sul. Assim sendo, a provisão foi parcialmente revertida.

Diretoria

Elisa da Silva Dias - Presidente
Regina Maria da Silva Dias - Diretora
Valce Teofilo dos Santos - CRC 1SP165.212/O-3

WT SP PATRIMONIAL S.A.

C.N.P.J./M.F. nº 03.712.566/0001-34
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos a sua apreciação as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016
Circulante	41.298	31.848	**Circulante**	1.718	1.365
Caixa e equivalentes de caixa	40.298	30.392	Obrigações fiscais	36	53
Contas a receber	990	1.446	Imposto de renda	941	772
Impostos a recuperar	10	10	Contribuição social	741	540
Não Circulante	15.095	16.364	Parcelamentos fiscais	-	-
Realizável a Longo Prazo	-	-	Outras obrigações	-	-
Partes relacionadas	-	-	**Não Circulante**	-	4.340
Imobilizado	15.095	16.364	Parcelamentos fiscais	-	-
Total do Ativo	56.393	48.212	Cauções	-	4.340
			Patrimônio Líquido	54.675	42.507
			Capital social	39.400	39.400
			Reservas de lucros	3.093	2.412
			Lucros os prejuízos acumulados	12.182	695
			Total do Passivo	56.393	48.212

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	**65.400**	**1.654**	**2.313**	**69.367**
Aumento de capital	(26.000)	-	-	(26.000)
Lucro líquido do exercício	-	758	14.409	15.167
Dividendos	-	-	(16.027)	(16.027)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2016	**39.400**	**2.412**	**695**	**42.507**
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	682	12.939	13.621
Dividendos	-	-	(1.453)	(1.453)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	**39.400**	**3.094**	**12.181**	**54.675**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários, e a administração de bens, empreendimentos ou negócios exclusivamente próprios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R$). b) Circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação provável ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. c) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta-movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. d) Contas a receber: São contabilizadas pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável. e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. f) Imobilizado: Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação e amortização acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas de acordo com a vida útil dos bens. g) Imposto de renda e contribuição social: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 8% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social à razão de 12% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social é sobre 100% das demais receitas e ganhos de capital auferidos. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. h) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial, quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas, tendo como base, as melhores estimativas do risco envolvido. i) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **4. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social totalmente integralizado monta R$ 39.400.192,00, representado por 65.400.192 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. b) Reservas de lucros: Corresponde ao Lucro remanescente, após a destinação para reserva legal e compensação de prejuízos e a distribuição dos dividendos. **5. Instrumentos financeiros:** A Sociedade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale a seu valor de mercado. A Empresa opera em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. A partir do mês de setembro/2013, a Empresa passou a restringir sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A Empresa mantinha até o mês de setembro/2013, investimentos em títulos de renda fixa junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esta instituição financeira encontra-se em processo de liquidação extrajudicial. A administração da Entidade efetuou provisão para perda desses valores, uma vez que os saldos não possuem cobertura total pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - *(Em milhares de reais)*

	2017	2016
Receita Operacional Líquida	**29.222**	**32.087**
(Despesas) Receitas Operacionais		
Administrativas e gerais	(6.759)	(6.545)
Encargos de depreciação	(2.916)	(2.915)
Outras despesas / receitas operacionais, líquidas (inclui reversão de provisões)	976	97
	(8.699)	**(9.423)**
(Prejuízo) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro, Participações e Impostos	**20.523**	**22.664**
Resultado Financeiro Líquido		
Receitas financeiras	1.142	1.023
Despesas financeiras	(14)	(48)
	1.128	**975**
Resultados de participações societárias	14.772	4.705
(Prejuízo) Lucro antes do Imposto de Renda e de Contribuição Social	**36.423**	**28.344**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda	(2.688)	(2.900)
Contribuição social	(976)	(1.051)
	(3.664)	**(3.951)**
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	**32.759**	**24.393**
(Prejuízo) Lucro por ação do capital social (em reais)	0,50	0,15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	**161.795**	**8.651**	**4.362**	**175.008**
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	1.219	23.174	24.393
Dividendos	-	-	(24.400)	(24.400)
Reversão de reservas de lucros	-	265	265	-
Em 31 de Dezembro de 2016	**161.795**	**10.071**	**3.401**	**175.267**
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	1.637	31.122	32.759
Dividendos	-	-	(22.649)	(22.649)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	**161.795**	**11.709**	**11.874**	**185.378**

R$ 161.794.996,00, dividido em 157.794.996 ações ordinárias nominativas e 4.000.000 ações preferenciais sem direito a voto, todas sem valor nominal. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo, até atingir o limite de 20% do capital social. c) Reservas de lucros: Corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal, compensação de prejuízos e a distribuição todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. A partir do mês de setembro/2013, a Empresa passou a restringir sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A Empresa manteve até o mês de setembro/2013, investimentos em títulos de renda fixa junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Esta instituição financeira encontra-se em processo de liquidação extrajudicial. A administração da Entidade efetuou provisão para perda desses valores, uma vez que os saldos não possuem cobertura total pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). No ano de 2014, parte do saldo aplicado foi devolvido pelo Banco Cruzeiro do Sul. Assim sendo, a provisão foi parcialmente revertida.

Diretoria

Elisa da Silva Dias - Presidente
Regina Maria da Silva Dias - Diretora
Valce Teofilo dos Santos - CRC 1SP165.212/O-3

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF 03.767.539/0001-14 - NIRE 35.300.177.801
Edital de Rerratificação do Edital de Convocação

Terceira Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", Respectivamente)

Serve o presente para informar que o Edital para convocação da Terceira Assembleia Geral de Titulares de Certificado de Recebíveis Imobiliários da 330ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, publicado em 22, 23 e 26/03/2018 no Jornal O Dia SP, foi subscrito em 21 de Março de 2018, na cidade de São Paulo-SP. Deve o presente ainda para informar que o item "D" da Ordem do Dia foi excluído uma vez que o mesmo não é passível de deliberação e, assim, o item "E" fica renomeado para "D". São Paulo, 27 de março de 2018. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

BAHEMA S.A.

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92 - NIRE 35.300.185.366
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **BAHEMA S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a ser realizada em 27 de abril de 2018, às 9:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjuntos 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP 01452-000, a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes; **(ii)** aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com utilização de reserva de lucro e parte da reserva legal para absorção do prejuízo apurado; e **(iii)** fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício social de 2018. Observações: **1.** Poderão participar da Assembleia Geral Ordinária, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração: **Presencial:** os acionistas titulares das ações de emissão da Companhia poderão participar da AGO, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária das ações - Itaú Corretora de Valores S.A., e portando os seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - cópia autenticada do último regulamento do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **Procuração:** As procurações poderão ser outorgadas de forma física, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do acionista deverá comparecer à AGO munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. **Boletim de Voto a Distância:** **2.** Companhia disponibilizará para essa AGO o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. A Companhia solicita aos seus acionistas que, caso possível, depositem os documentos indicados na Proposta da Administração, na sede social da Companhia, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Nos termos do artigo 5º, §2º, da Instrução CVM nº 481/09, o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos poderá dela participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. **2.** A Proposta da Administração da AGO foi conforme previsto na Instrução CVM nº 481/09 e os demais documentos a ela relativos encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, e na internet, nos endereços eletrônicos da Companhia (www.bahema.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Além disso, os demais documentos exigidos nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia; e os demais documentos exigidos nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 481/09 foram disponibilizados. São Paulo, 27 de março de 2018. **Guilherme Affonso Ferreira** - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1046295-19.2016.8.26.0002 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel Exequente: Food Terminal Administração e Participação Ltda Executado: Ponto 1 Celulares Ltda e outros EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1046295-19.2016.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Prataviera, na forma da Lei, etc. Faz Saber a PONTO 1 CELULARES LTDA. (CNPJ/MF nº 06.089.431/0001-52) LUCIANA PEDRO DA SILVA, (RG nº 8.468.294 SSP/SP e CPF/MF nº 846.564.258-34) e CLEIDE DE OLIVEIRA SILVA (RG nº 10.616.981-6 e CPF/MF nº 916.052.538-04) que FOOD TERMINAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 31.695,90, referente ao Instrumento Particular de Contrato de Locação. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pagauem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargarem ou reconhecam o crédito do exequente, sob pena de nomeação de bens à penhora ou de sua avaliação. Advertem, desde logo, que em caso de revelia será nomeado Curador Especial (art. 257, IV, do CPC) Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de março de 2018. 27 e 28/03

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO - SP

Data do leilão:28/03/2018 - A partir das: 13:00
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterivel de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interressados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1BCCF- CONTRATO: 3181640287147-4 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 4010 - INTERLAGOS

SERGIO GAVIOLLI, BRASILEIRO(A), METALURGICO CPF 04977456823, CI 15.652.279-SP, CASADO(A) COM, **GISLAINE APARECIDA BARBOSA GAVIOLLI**, BRASILEIRO(A), BANCARIA, CPF 11701224852, CI 18.268.049-6 SSP/SP

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 03, 1º PAVIMENTO, BLOCO 8-6, PARQUE RESIDENCIAL PALMARES, SITUADO NA RUA GIUSEPPE TARTINI, S/N, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SAO PAULO, SP. COM A AREA UTIL DE 48,59M2 E A AREA COMUM DE 5,08M52, JÁ INCLUÍDA A CORRESPONDENTE A 1 VAGA INDETERMINADA NA ESTACIONAMENTO COBERTO, PERFAZENDO A AREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 53,67M2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 0,00048503 NO TERRENO DO CONDOMINIO. COM TODAS AS SUAS INTALAÇOES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 411.653,57
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 219.000,00

SAO PAULO, 09/03/2018
ARY ANDRÉ NETO

09 - 13 - 28/03/2018

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
SAO PAULO - SP

Data do leilão:18/04/2018 - A partir das: 14:30
Local: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP
ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matrícula 428 estabelecido a RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68, SAO PAULO, SP, telefone 1139310744, faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 24/68, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterivel de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto as Agências especificadas ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma das Agências da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interressados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1D49C- CONTRATO: 8027300240080-0- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: 0273 VILA MARIA

ALBERTO PERES, BRASILEIRO(A), VENDEDOR CPF 08561080817, CI 20.845.734 SSP/SP, CASADO(A) COM **AINE COSTA PERES**, BRASILEIRO(A), AUXILIAR FINANCEIRA CPF 08207423846, CI 17.481.589-X SSP/SP.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: UMA CASA, SITUADA NA PRAÇA ARY FRANCISCO DE PAULO, Nº 14, ANTIGA RUA 25, ANTIGA PRAÇA A, PARTE DOS LOTES 59,60 E 61, QUADRA 27, VILA SAO FRANCISCO, DISTRITO ERMELINO MATARAZZO, SAO PAULO, SP. MEDINDO 6,65M DE FRENTE PARA A REFERIDA RUA, COM A AREA DE 200,30MS2. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.
SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 23.561,87
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 229.000,00

SAO PAULO, 28/03/2018
ARY ANDRÉ NETO

28 - 31/03 - 18/04/2018

CNPJ: 61.683.330/0001-13

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016- R$

Balanço Patrimonial - Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		**35.507.686,68**	**39.840.844,93**
Caixa e Bancos	4	7.927,20	1.919.538,18
Aplicações Financeiras	4	-	13.655,68
Duplicatas a Receber	5	13.742.988,49	14.230.136,58
Serviços a Faturar	6	14.489.424,80	17.235.249,46
Tributos a Recuperar	7	6.787.342,49	5.874.832,65
Outros Créditos	8	479.983,70	567.432,38
Não Circulante		**5.241.585,52**	**5.194.541,19**
Partes Relacionadas	9	1.549.545,91	2.240.601,65
Precatórios a Receber	10	602.158,51	574.807,02
Adiantamento de Consórcios		2.106.017,60	1.066.515,07
Direitos Creditórios		36.744,05	35.658,29
Imobilizado	11	319.101,52	480.517,68
Intangível	11	628.017,93	796.441,48
Total do Ativo		**40.749.252,20**	**45.035.386,12**

| Passivo

ECOURBIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ N º 037.123/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da EcoUrbis Ambiental S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Relatório da Administração - A EcoUrbis Ambiental S.A., legalmente constituída em 30 de setembro de 2004, tem como objeto específico executar o Contrato de Concessão nº 026/SSO/2004 de Prefeitura de Ribeirão Preto, assinado em 06 de outubro de 2004, que tem como objetivo a concessão de serviços divisíveis de limpeza urbana prestados em regime público por 20 (vinte) anos, prorrogáveis por mais 20 anos. Em 2017 a EcoUrbis completou seu décimo-terceiro ano de gestão da concessão, enfrentando desafios com realizações e inovações. A concessionária é a responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e de serviços de saúde gerados nas regiões Sul e Leste da cidade, oferecendo serviços de alta qualidade em gestão de resíduos sólidos e contribuindo para a preservação do meio ambiente da cidade de São Paulo, sendo que ao longo de sua trajetória, muitos fatos marcaram os bons resultados alcançados pelos líderes de seu segmento de atuação. Atendimento à operação - A área de atuação da EcoUrbis abrange as regiões Sul e Leste da cidade, possibilitando o atendimento aos municípios, distribuídos em 19 (dezenove) Prefeituras Regionais. Investimentos em infraestruturas - A EcoUrbis mantém em seus programas de investimentos, a continuidade das obras de ampliação do Aterro Sanitário CTL, os planos de compensações ambientais, e outros investimentos necessários à operação. Central de Captação e Queima do Aterro Sanitário – CTL/Implantação da Central de BIOGÁS fonte de energia renovável - Venda de gás bioquímico – Biogás - A concessionária, faz a exploração econômica do gás bioquímico – Biogás, produzido pelo Aterro Sanitário Central de Tratamento de Resíduos – CTL. A EcoUrbis está desenvolvendo uma nova infraestrutura de beneficiamento para melhor utilização e exploração econômica do gás bioquímico – Biogás. No final de 2017 obteve a LI (licença de instalação), comçegará a construção em 2018 e a expectativa é que comece a gerar recursos no exercício de 2018. Venda dos certificados de carbono - Redução de carbono - O processo para a 4ª renovação da certificação de créditos de carbono foi finalizado em dez/2017, e com isso, obtivemos do Governo da Noruega o direito de receber os créditos de carbono de créditos de carbono foram emitidos em fev/2018, e serão comercializados durante o ano de 2018. Revisão Contratual Quinquenal - A Segunda Revisão Ordinária Quinquenal do Contrato, conforme previsto no Contrato de Concessão, teve seu processo realizado, no entanto, a formalização da revisão ainda não ocorreu. Em 2017 foi realizado o Leilão nº 002/2017 da Prefeitura de São Paulo "TCM". Desenvolvimento Social - No que se diz respeito ao desempenho social, a EcoUrbis desenvolve ações e programas específicos para a seu público de relacionamento. A Administração da EcoUrbis apoiou ações culturais, sociais e esportivas, por meio de incentivos fiscais oferecidos pela Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Lei do Idoso e também por incentivos diretos. Programa de Compliance da EcoUrbis - A Companhia, em seu programa de compliance, tem como principal objetivo orientar o comportamento dos colaboradores e terceiros, internos e externos, no Brasil e/ou no exterior, como parâmetro de ações junto a outros colaboradores, clientes, fornecedores, concorrentes, prestadores de serviços e demais terceiros, a fim de garantir a plena excelência no desenvolvimento de nossos valores, do código de ética e das políticas, garantindo que os nossos negócios sejam realizados de forma ética e sustentável. Canais de comunicação: comitedeetica@ecourbis.com.br e Telefone: **0800 721 1418.** Meio Ambiente - A Companhia acredita no uso sustentável do meio ambiente como condição essencial ao desenvolvimento e sucesso de seu negócio, comprometendo-se a protegê-lo e, ainda, a mitigar eventuais impactos adversos decorrentes de nossas atividades. Os riscos ambientais, e respectivos impactos negativos proporcionados pelas atividades administrativas e operacionais, são mitigados de acordo com legislação pertinente e/ou exigências feitas pelos órgãos ambientais. A EcoUrbis zela atentamente às emergências químicas, envolvendo acidentes com produtos químicos, consume, resíduos de serviços de saúde dos grupos A e B, que acham a ser transportados ou armazenados, ou que de alguma forma, tenha qualquer responsabilidade sobre o mesmo. Agradecimentos - A Administração agradece aos seus acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiros comerciais pela confiança e pelo relacionamento sempre muito profícuo. São Paulo, 15 de março de 2018.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016 - (Valores em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	45.196	45.759
Contas a receber	133.078	85.235
Impostos a recuperar	6.818	5.382
Outros créditos	9.299	11.026
	194.391	147.402
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Contas a receber	530.614	522.636
Outros créditos	9.506	14.260
Depósitos judiciais	14.646	11.310
Créditos com empresas ligadas	10	308
	554.776	548.514
Imobilizado	42.557	47.118
Intangível	11	35
	42.568	47.153
	597.344	595.667
TOTAL ATIVO	**791.735**	**743.069**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	41.502	76.852
Fornecedores	27.348	27.438
Salários e obrigações sociais	25.799	26.649
Obrigações tributárias	1.263	1.806
Tributos diferidos	13.583	13.455
Ônus da concessão	7.743	5.394
Dividendos a pagar	56.774	-
Outras contas a pagar	4.440	2.045
	178.452	153.639
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	70.293	58.380
Adiantamento de clientes	190.290	166.962
Dividendos a pagar	-	52.462
Tributos diferidos	9.038	8.860
Provisão para contingências	22.266	19.280
Obrigações sociais	19.330	17.631
Outras obrigações	676	9.033
	342.567	356.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social subscrito	139.420	139.420
(-) Capital a integralizar	(93.428)	(93.428)
Capital social realizado	45.992	45.992
Reservas de lucros	135.954	111.046
Ajustes de valores patrimoniais	88.770	75.804
Total do patrimônio líquido	270.716	232.842
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**791.735**	**743.069**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016 - (Valores em milhares de reais)

	Capital Social			Reservas de Lucros				
	Subscrito	A Integralizar	Realizado	Ajustes de Valores Patrimoniais	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	139.420	(93.428)	45.992	72.038	6.130	32.959	-	157.119
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.723		75.723
Ajuste para harmonização às novas normas contábeis (ICPC 01)	-	-	-	3.766	-	-	(3.766)	-
Reserva Legal	-	-	-	-	3.598	-	(3.598)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	68.359	(68.359)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	139.420	(93.428)	45.992	75.804	9.728	101.318	-	232.842
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	-	-	-	(50.659)	-	(50.659)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	62.302	62.302
Ajuste para harmonização às novas normas contábeis (ICPC 01)	-	-	-	12.966	-	-	(12.966)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	-	26.231	-	26.231
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	49.336	(49.336)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	139.420	(93.428)	45.992	88.770	9.728	126.226	-	270.716

Conciliação entre as novas práticas contábeis (CPC Completos) e as práticas contábeis anteriores (BR-GAAP)

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração apresenta o efeito da aplicação com uma conciliação entre as novas práticas contábeis aplicando o ICPC – 01 (Contratos de Concessão), com as práticas anteriores.

Conciliação BR GAAP - CPC Completos

		Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
Contas	Item	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		45.196		45.196	45.759		45.759
Contas a receber		133.078		133.078	85.235		85.235
Impostos a recuperar		6.818		6.818	5.382		5.382
Outros créditos		9.299		9.299	11.026		11.026
		194.391	-	194.391	147.402	-	147.402
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Contas a receber	(a)	-	**530.614**	530.614	-	**522.636**	522.636
Outros créditos		9.506	-	9.506	14.260		14.260
Depósitos judiciais		14.646		14.646	11.310		11.310
Créditos com empresas ligadas		10		10	308		308
		24.162	**530.614**	554.776	25.878	**522.636**	548.514
Imobilizado	(b)	238.903	**(196.346)**	42.557	267.966	**(220.848)**	47.118
Intangível	(c)	4.734	**(4.723)**	11	5.887	**(5.852)**	35
		243.637	**(201.069)**	42.568	273.853	**(226.700)**	47.153
		267.799	**329.545**	597.344	299.731	**295.936**	595.667
TOTAL ATIVO		**462.190**	**329.545**	**791.735**	**447.133**	**295.936**	**743.069**

		Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
Contas	Item	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		41.502		41.502	76.852		76.852
Fornecedores		27.348	-	27.348	27.438		27.438
Salários e obrigações sociais		25.799		25.799	26.649		26.649
Obrigações tributárias		1.263		1.263	1.806		1.806
Tributos diferidos		13.583		13.583	13.455		13.455
Ônus da concessão		7.743		7.743	5.394		5.394
Dividendos a pagar		56.774		56.774			
Outras contas a pagar		4.440		4.440	2.045		2.045
		178.452	-	178.452	153.639	-	153.639
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos		70.293		70.293	58.380		58.380
Adiantamento de clientes	(a)	-	**190.290**	190.290	-	**166.962**	166.962
Dividendos a pagar					52.462		52.462
Tributos diferidos	(e)	1.795	**37.917**	39.712	(463)	**39.303**	38.840
Provisão para contingências	(f)	22.266		22.266	19.280		19.280
Obrigações sociais	(d)		**19.330**	19.330		**17.631**	17.631
Outras obrigações		7.438	**(6.762)**	676	6.797	**(3.764)**	3.033
		101.792	**240.775**	342.567	136.456	**220.132**	356.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito		139.420		139.420	139.420		139.420
(-) Capital a integralizar		(93.428)		(93.428)	(93.428)		(93.428)
Capital social realizado		45.992	-	45.992	45.992	-	45.992
Reservas de lucros		135.954		135.954	111.046		111.046
Ajustes de valores patrimoniais	(g)	-	**88.770**	88.770	-	**75.804**	75.804
Total do patrimônio líquido		181.946	**88.770**	270.716	157.038	**75.804**	232.842
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**462.190**	**329.545**	**791.735**	**447.133**	**295.936**	**743.069**

	Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
Contas	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS						
Receita bruta de serviços prestados	589.102	**(74.280)**	514.822	612.426	**(70.313)**	542.113
Receita bruta de construção (ICPC 01)		**14.320**	14.320		**84.087**	84.087
Receita bruta de reivindicações		**44.611**	44.611		**40.496**	40.496
Receita bruta de vendas	4.906		4.906	5.496		5.496
Receita bruta total	593.908	**(15.349)**	578.559	617.922	**54.270**	672.192
Deduções da receita bruta						
Impostos sobre faturamento	(84.968)	**8.068**	(76.900)	(88.626)	**(1.839)**	(90.465)
Receita operacional líquida	508.940	**(7.281)**	501.659	529.296	**52.431**	581.727
Custos dos serviços prestados	(366.658)	**28.853**	(337.815)	(345.355)	**(43.691)**	(389.046)
Ônus da concessão	(29.694)	**2.997**	(26.697)	(30.896)	**(689)**	(31.585)
LUCRO BRUTO	**112.578**	**24.569**	**137.147**	**153.045**	**8.051**	**161.096**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Administrativas e gerais	(22.821)	**(150)**	(22.971)	(23.194)	**(1.753)**	(24.947)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.785	**(4.772)**	(987)	280	**(590)**	(310)
	(19.036)	**(4.922)**	(23.958)	(22.914)	**(2.343)**	(25.257)
Resultado Financeiro líquido	(19.929)		(19.929)	(24.713)		(24.713)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**73.613**	**19.647**	**93.260**	**105.418**	**5.708**	**111.126**
Contribuição social	(6.139)		(6.139)	(8.550)		(8.550)
Contribuição social diferido	(598)	**(1.769)**	(2.367)	(718)	**(515)**	(1.233)
Imposto de renda	(15.879)		(15.879)	(22.198)		(22.198)
Imposto de renda diferido	(1.661)	**(4.912)**	(6.573)	(1.995)	**(1.427)**	(3.422)
	(24.277)	**(6.681)**	(30.958)	(33.461)	**(1.942)**	(35.403)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**49.336**	**12.966**	**62.302**	**71.957**	**3.766**	**75.723**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	**1,07**		**1,35**	**1,56**		**1,65**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

(Valores em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	508.940	581.727
Custos dos serviços prestados	(337.815)	(389.046)
Ônus da concessão	(26.697)	(31.585)
LUCRO BRUTO	137.147	161.096
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(22.971)	(24.947)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(987)	(310)
	(23.958)	(25.257)
Resultado Financeiro líquido	(19.929)	(24.713)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	93.260	111.126
Contribuição social	(6.139)	(8.550)
Contribuição social diferido	(2.367)	(1.233)
Imposto de renda	(15.879)	(22.198)
Imposto de renda diferido	(6.573)	(3.422)
	(30.958)	(35.403)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.302	75.723
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO	1,35	1,65

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016 - (Valores em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	62.302	75.723
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:		
Ajuste de harmonização ao IFRS (ICPC01)	(12.966)	(3.766)
Depreciação e amortização	2.935	5.456
Despesas financeiras	7.937	9.679
Despesas juros	13.929	21.251
Provisão para risco civel, fiscal e trabalhista	3.745	2.127
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível	2.468	522
	80.350	110.992
Aumento (diminuição) de ativos:		
Contas a receber	(47.843)	(50.073)
Tributos e contribuições compensáveis	(1.436)	299
Outros ativos	29.075	(23.554)
Aumento (diminuição) de passivos:		
Salários e obrigações sociais	(850)	2.600
Fornecedores	(8.027)	(15.082)
Obrigações tributárias	(29.115)	(28.103)
Imposto de Renda e Contribuição Social	30.958	35.403
Ônus da concessão	2.349	2.310
Outros passivos	2.276	4.087
Pagamento de juros	(9.860)	(22.482)
Caixa líquido gerado nas atividades Operacionais	47.877	16.397
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado/intangível	(819)	(506)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(819)	(506)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(30.040)	(52.227)
Empréstimos e financiamentos captados	2.534	3.378
Distribuição de dividendos	(20.115)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(47.621)	(48.849)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(563)	(32.958)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.759	78.717
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	45.196	45.759
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(563)	(32.958)

Conciliação BR GAAP - CPC Completos

	Em 31 de dezembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
Contas	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS	BR GAAP	Efeito da aplicação	CPC COMPLETOS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício	**49.336**	**12.966**	**62.302**	**71.957**	**3.766**	**75.723**
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:						
Ajuste de harmonização ao IFRS (ICPC01)		**(12.966)**	(12.966)		**(3.766)**	(3.766)
Depreciação e amortização	42.280	**(39.345)**	2.935	37.961	**(32.505)**	5.456
Despesas financeiras	7.937		7.937	9.679		9.679
Despesas juros	13.929		13.929	21.251		21.251
Provisão para risco civel, fiscal e trabalhista		**3.745**	3.745	2.127		2.127
Provisão para perda no ativo imobilizado	(2.374)	**2.374**	-			
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível	**87**	**2.381**	2.468	**341**	**181**	522
	111.195	**(30.845)**	80.350	143.316	**(32.324)**	110.992
(Aumento) diminuição de ativos:						
Contas a receber	(47.843)		(47.843)	(50.073)		(50.073)
Tributos e contribuições compensáveis	(1.436)		(1.436)	299		299
Outros ativos	3.443	**25.632**	29.075	4.851	**(28.405)**	(23.554)
Aumento (diminuição) de passivos:						
Salários e obrigações sociais	(850)		(850)	2.600		2.600
Fornecedores	(8.027)		(8.027)	(15.082)		(15.082)
Obrigações tributárias	(22.431)	**(6.684)**	(29.115)	(26.161)	**(1.942)**	(28.103)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24.277	**6.681**	30.958	33.461	**1.942**	35.403
Ônus da concessão	2.349		2.349	2.310		2.310
Outros passivos	6.018	**(3.742)**	2.276	4.087		4.087
Pagamento de juros	(9.860)		(9.860)	(22.482)		(22.482)
Caixa líquido gerado nas atividades Operacionais	56.835	**(8.958)**	47.877	77.126	**(60.729)**	16.397
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Aquisição de imobilizado/intangível	(9.777)	**8.958**	(819)	(61.235)	**60.729**	(506)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(9.777)	**8.958**	(819)	(61.235)	**60.729**	(506)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(30.040)		(30.040)	(52.227)		(52.227)
Empréstimos e financiamentos captados	2.534		2.534	3.378		3.378
Distribuição de dividendos	(20.115)		(20.115)			
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(47.621)	-	(47.621)	(48.849)	-	(48.849)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	**(563)**	-	**(563)**	**(32.958)**	-	**(32.958)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.759		45.759	78.717		78.717
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	45.196		45.196	45.759		45.759
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(563)**	-	**(563)**	**(32.958)**	-	**(32.958)**

a) Reclassificação de Receitas de Serviços e Instrumentos Financeiros correspondentes, bem como o Ônus sobre a concessão, nos termos da ICPC 01 – Contratos de Concessão, correspondente a IFRIC 12. **b)** Reclassificação de Imobilizado e Custos dos Serviços Prestados, nos termos da ICPC 01. **c)** Reclassificação de Intangíveis nos termos da ICPC 01. **d)** Reconhecimento dos gastos de rescisão de pessoal de acordo com o princípio da competência, nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico – CPC 00. **e)** Reclassificação de tributos diferidos em função da mudança de critério contábil para o reconhecimento e mensuração das receitas e custos do contrato de concessão, nos termos da ICPC 01. **f)** Reconhecimento de contingência de acordo com o princípio da competência, nos termos do CPC 00, **g)** Nos termos do CPC 37 a conta de "Ajustes de valores patrimoniais" recebeu a contrapartida dos lançamentos contábeis de ajustes para harmonização às novas normas contábeis (ICPC 01).

CONSELHO FISCAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA
Renato Alcantara Gusmão
Contador - CRC 1SP113123/O-1

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela BKR - Lopes, Machado Auditores e Consultores, encontram-se à disposição dos interessados na sede da sociedade.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da ECOURBIS AMBIENTAL S.A. São Paulo – SP.

Opinião sem ressalva - Examinamos as demonstrações financeiras da **ECOURBIS AMBIENTAL S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ECOURBIS AMBIENTAL S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior** - As demonstrações financeiras da Ecourbis, referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 28 de março de 2017, contendo parágrafo ênfase quanto a demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro 2016 são as primeiras demonstrações anuais apresentadas de acordo com essas normas, as quais apresentam o Balanço de Abertura em CPC Completos na data de transição de 1º de Janeiro de 2015. **Legalidade do contrato pelo poder Judiciário** - A Sociedade foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no Contrato de Concessão nº 26/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para a região denominada "Agrupamento Sudeste", sendo a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP sua única cliente. Adicionalmente, o contrato firmado entre as partes durante o exercício de 2004 terá sua legalidade apreciada e decidida pelo Poder Judiciário. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das suas operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Adicionalmente: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores

Mário Vieira Lopes
Contador CRC-RJ 60.611

Fernando Luis de Barros
Contador CRC-SP 1SP292087/O-3

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1000917-37.2016.8.26.0003 Classe: Assunto: Procedimento Comum - Perdas e Danos Requerente: Gap Net Viagens e Turismo Ltda. Requerido: Gabi Turismo Ltda EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000917-37.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, (a), Alexandre Buczi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a GABI TURISMO LTDA-ME (CNPJ/MF nº 04.250.228/0001-90) que GAP NET VIAGENS E TURISMO LTDA, lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA, para receber a quantia de R$ 993.758,13, referente ao não pagamento dos cheques. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, supra, contese o feito. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2018.

27 e 28/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1042246-34.2013.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 42ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). André Augusto Salvador Bezerra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ZURICK JEANS CONFECÇÕES LTDA., CNPJ 09.596.027/0001-63, e ELZA MARIA JARDIM PEREIRA, JOÃO, CPF 166.207.438-70, que foi ajuizada uma ação de Procedimento Comum por parte de BANCO DO BRASIL S.A., objetivando a cobrança de crédito rotativo, até o limite de R$ 854.728,00, destinado ao desconto de cheques custodiados junto ao autor. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2018.

27 e 28/03

F&M CORRETORA DE SEGUROS LTDA

CNPJ/MF nº 70.204.870/0001-68 - NIRE 26.9.

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras Condensadas da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais Condensados 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Ativo		
Circulante	120.136	90.642
Não circulante	716.180	488.030
Total do ativo	836.316	578.672
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	46.681	39.011
Não circulante	331.569	347.661
Patrimônio líquido	458.066	192.584
Total do passivo e patrimônio líquido	836.316	578.672

Demonstrações dos Resultados Condensados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Receita operacional, líquida	98.120	86.155
Custo dos serviços prestados	(28.179)	(28.496)
Lucro bruto	69.941	57.659
Receita (despesas) operacionais, líquidas	(2.280)	8.575
Resultado de equivalência patrimonial	57.648	43.541
Lucro operacional antes do resultado financeiro	125.309	109.775
Resultado financeiro	(29.240)	14.018
Resultado antes dos impostos	96.069	123.793
Imposto de renda e contribuição social	(17.248)	(29.334)
Lucro do exercício	78.821	94.459

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro do exercício	78.821	94.459
Outros resultados abrangentes	(282)	—
Resultado abrangente do exercício	78.539	94.459

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Condensados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais	34.249	30.226
Fluxo de caixa de atividades de investimento	98.162	(57.651)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(140.371)	(26.207)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	1.089	(3.632)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	235	3.867
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.324	235

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros — Perdas em transação de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	129.838	–	–	–	–	(23.723)	106.115
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	94.459	94.459
Perda em transação de capital com investida	–	–	–	(130)	–	–	(130)
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado:							
Constituição de reserva legal	–	3.537	–	–	–	(3.537)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(7.860)	(7.860)
Constituição de reserva de lucros	–	–	59.339	–	–	(59.339)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.838	3.537	59.339	(130)	–	–	192.584
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	78.821	78.821
Aumento de capital	289.984	–	–	–	–	–	289.984
Reflexo de passivo atuarial em investida, líquido	–	–	–	–	(282)	–	(282)
Perda em transação de capital com investida	–	–	–	(1.541)	–	–	(1.541)
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado:							
Constituição de reserva legal	–	3.941	–	–	–	(3.941)	–
Dividendos intermediários e intercalares	–	–	(54.339)	–	–	(35.661)	(90.000)
Juros sobre capital próprio	–	–	(5.000)	–	–	(6.500)	(11.500)
Constituição de reserva de lucros	–	–	32.719	–	–	(32.719)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	419.822	7.478	32.719	(1.671)	(282)	–	458.066
			38.526				

Notas Explicativas

1. Histórico e contexto operacional: A Telmex do Brasil S.A. ("TdB" ou "Companhia") tem como objetivo principal prestar serviços de telecomunicações de interesse coletivo e de âmbito nacional e internacional, para a transmissão de sinais, símbolos, imagens, voz, sons e informações de qualquer natureza. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem como controladora, a Claro S.A. ("Claro"), que detém 99,00% do seu capital social. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, porém ainda não está obrigatória. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3. Relatório dos Auditores Independentes:** As demonstrações financeiras consolidadas completas da Claro S.A., devidamente acompanhadas do relatório do auditor independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S. emitido em 27 de março de 2018 sem ressalvas, as quais incluem as demonstrações financeiras da Companhia, estão publicadas no Diário Oficial e Valor Econômico, ambos do Estado de São Paulo em 28 de março de 2018.

DIRETORIA

José Formoso Martinez - Diretor Presidente
Marcello da Silva Miguel - Diretor Superintendente
José Antônio Guaraldi Félix - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino - CRC-PR-040021/O-0-S-SP

R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 25.142.831/0001-29 - NIRE 35.300.505.620

Ata da Reunião da Diretoria

Data, Hora e Local: Em 13/07/2017, às 10h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Colocada a matéria em exame, discutida e posterior votação, restou unanimemente aprovada pelos Diretores a abertura de uma filial da Companhia, na Rua Victor Civita, nº 77, Edifício 06, Gr. 602, Rio Office Park, Jacarepaguá, CEP 22775-905, Rio de Janeiro/RJ. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. **Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Lacombe Abbud - Presidente e Rodrigo Avila Sarti - Secretário. Diretores: Rodrigo Lacombe Abbud, Rodrigo Avila Sarti e Giuliano Taschetti Ricci. **JUCESP** nº 349.025/17-4, em 31/07/2017 e **JUCERJA** nº 3390143697, em 09/08/2017.

BARIGUI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 35.3.0083591

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos CRI.

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 001ª Série da 1ª Emissão da Barigui Securitizadora S.A. ("Emissora"), nos termos da cláusula 12.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 001ª Série da 1ª Emissão da Barigui Securitizadora S.A. ("TS"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGCRI"), a realizar-se no dia 06.04.2018, às 14h00, na 2ª Convocação, em São Paulo/SP, na Rua Álvaro Anes, nº 46, 11º andar, Conj. 113, para deliberar sobre: (i) a autorização para realização de laudo de avaliação a ser realizado por uma das empresas especializadas no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças, firmado em 27 de novembro de 2013 ("Contrato"), quais sejam **a Bolsa de Imóveis, CBRE, Cushman, Colliers ou Jones Lang Lasalle,** do imóvel de área total de 32.350,14 m², registrado sob matrícula nº 119.229 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Bauru ("Imóvel"), o qual será objeto de substituição dos imóveis dados em garantia no Contrato, em razão da unificação das matrículas nºs 42.780, 42.791, 42.793, 42.794 e 59.598, todas do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru/SP, às expensas do Patrimônio Separado; (ii) a substituição dos imóveis pelo Imóvel, caso o valor avaliado não seja inferior ao valor da garantia prestada originalmente no Contrato, não ensejando desta forma prejuízos aos Titulares dos CRI, nos termos da cláusula 7.2.1, item "iii" do Contrato; (iii) a elaboração dos documentos necessários para formalização da alienação fiduciária sob o Imóvel, bem como autorizar o respectivo registro dos instrumentos necessários perante o cartório de registro competente. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na AGCRI, na sede da Emissora ou da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na Av. das Américas, nº 4.200, Bl. 08-B, Salas 302-303-304, Rio de Janeiro/RJ, com, pelo menos, 24 horas de antecedência da referida assembleia e também por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 28 de março de 2018. Barigui Securitizadora S.A. **Evaldo Leandro Perussolo** - Diretor de Relações com Investidores. **(28, 29 e 30/03/2018)**

Prestador de Serviço Autorizado Bacen
Promotor BVMF
VIZEU LEILOEIRO OFICIAL
VALINHOS/SP - 200 Veículos, Motos, Caminhões
5ª Feira - Dia 29/03/2018 às 10:00h.
Local do Leilão: Valinhos-SP: Rua Clark, s/nº - Bairro Macuco.
Visitação: 5ª Feira a partir das 8:00h. no local do Leilão.
Lances e Fotos: VIZEUONLINE.COM.BR (19) 3881-7002 / (11) 5071-8555
Washington Luiz Pereira Vizeu - Leiloeiro Oficial - Jucesp 414.

Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 27.902.165/0001-05

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.155
Contas a receber	4	40
Impostos a recuperar		2
Outros ativos		180
Total do ativo circulante		6.377
Não Circulante		
Imobilizado	5	36.200
Intangível		283
Outros ativos		115
Total do ativo não circulante		36.598
Total do Ativo		42.975

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31.12.2017
Circulante		
Fornecedores	6	142
Obrigações tributárias		102
Obrigações trabalhistas	7	5.408
Obrigações sociais e previdenciárias		369
Outros passivos		283
Total do passivo circulante		**6.304**
Não Circulante		
Provisão para desmobilização	9	1.068
Total do passivo não circulante		1.068
Patrimônio Líquido	10	
Capital social		34.034
Reserva de capital		2.027
Prejuízos acumulados		(1.458)
Total do Patrimônio Líquido		**34.603**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**41.975**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

	Nota	31.12.2017
Receita Líquida	**11**	**36**
Custos Dos Serviços Prestados	**12**	**(124)**
Prejuízo Bruto		**(88)**
Despesas operacionais		
Com pessoal	12	(1.118)
Gerais e administrativas	12	(234)
Depreciação e amortização	12	(19)
Outras despesas, líquidas	12	(20)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(1.479)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	13	(14)
Receitas financeiras	13	30
Prejuízo Do Período		**(1.458)**
Prejuízo Por Ação		**(0,04)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	31.12.2017
Prejuízo Do Período	(1.458)
Outros resultados abrangentes	—
Resultado Abrangente Total Do Período	(1.458)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio Líquido
Constituição da Companhia em 03/07/2017	**1**	**1.000**	**-**	**-**	**1.000**
Aumento de capital social	10	9.200	-	-	9.200
Acervo líquido de incorporação		24.834		-	24.834
Ajustes de eventos subsequentes à incorporação			2.027	-	2.027
Prejuízo do período		-	-	(1.458)	(1.458)
Saldos em 31/12/2017		**34.034**	**2.027**	**(1.458)**	**34.603**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxos de Caixa

	31.12.2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Prejuízo do período	(1.458)
Depreciações e amortizações	104
Valor presente da provisão para desmobilização	9
Baixa de bens para o ativo imobilizado	50
Variação nos ativos e passivos operacionais:	
Contas a receber	(40)
Impostos a recuperar	(2)
Outros ativos	(228)
Fornecedores	142
Obrigações tributárias	102
Obrigações trabalhistas	284
Obrigações sociais e previdenciárias	109
Outros passivos	280
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(648)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(3.295)
Aquisição de bens para o ativo intangível	(102)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.397)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Integralização de capital	10.200
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.200
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.155**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.155
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.155**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	31.12.2017
Saldos da incorporação vide nota explicativa n°1	
Clientes faturados	3.993
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.993)
Subtotal	
Clientes a faturar	39
Outros contas a receber	1
	40

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	31.12.2017
Prejuízo Do Período	(1.458)
Outros resultados abrangentes	—
Resultado Abrangente Total Do Período	(1.458)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional - A Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A. ("Highline" ou "Sociedade"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 03 de julho de 2017, com o propósito de desenvolver, construir, locar e manter infraestrutura para a indústria de telecomunicações. A Highline detém um portfólio de Estações Rádio Base ("ERBs" ou "sites") em operação e em desenvolvimento, as quais possuem contratos de longo prazo de locação de suas capacidades com grandes empresas de telecomunicações. Os "sites" da Sociedade são construídos para capacidade para compartilhamento de diversos locatários. O fundo Pátria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia ("Pátria") é o acionista majoritário da Sociedade. Reorganização societária ocorrida em 2017. Em 21 de dezembro de 2017, a Sociedade incorporou a parcela do acervo líquido cindido da Highline do Brasil Infraestrutura de Telecomunicações S.A., conforme laudo de avaliação, a valores contábeis, elaborado por empresa de avaliação independente. Essa reestruturação teve como objetivo otimizar os custos operacionais e as despesas administrativas e agilizar ações corporativas, além de padronizar os procedimentos administrativos e operacionais. Os saldos de ativos e passivos elegíveis para a determinação do acervo líquido cindido e incorporado na nova Sociedade, na data-base de 30 de novembro de 2017, estão apresentados, conforme segue:

	R$ mil
Ativo:	
Circulante	
Contas a receber	3.993
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(3.993)
Adiantamentos	1.904
Investimentos	1.395
Outros créditos	10
	3.309
Não Circulante	
Outros ativos	57
Imobilizado líquido	28.862
Intangível líquido	184
	29.103
Total dos ativos	**32.412**
Passivo:	
Circulante	
Salários e encargos sociais	260
Provisões sobre folha de pagamento	5.124
Outros contas a pagar	3
	5.387
Não Circulante	
Provisão para desmobilização	796
	796
Total dos passivos	**6.183**
Acervo líquido em 30.11.2017 antes das eliminações	26.229
Eliminação de participações cruzadas	(1.395)
Acervo líquido em 30.11.2017 a ser incorporado	24.834
Variações monetárias entre 30.11.2017 e a data da incorporação	2.027
Total do acervo líquido incorporado	**26.861**

2. Resumo Das Principais Práticas Contábeis - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Referidas práticas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de elaboração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Conforme descrito nas práticas contábeis a seguir, o custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **2.4. Aplicações financeiras -** As aplicações registradas no ativo circulante são instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado, apresentadas pelo valor justo. Mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado período, e os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. **2.5. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa -** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise das perdas históricas, avaliação dos saldos com risco de realização e negociações em andamento com os clientes. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). **2.6. Moeda funcional e de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. **2.7. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação; inclui, ainda, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os equipamentos de informática, os móveis e utensílios, as benfeitorias em propriedade de terceiros, as máquinas, equipamentos e ferramentas, os equipamentos de comunicação e as instalações estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear que considera a vida útil-econômica dos bens. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de encerramento do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente **2.8. Ativos intangíveis -** Os ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por softwares, referem-se ao custo de implementação do sistema Netcrop e que vem sendo amortizado linearmente pelo prazo de cinco anos. **2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment") -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.10. Provisão para desmobilização -** Estimativa com base no valor justo dos valores necessários para remoção dos ativos de torres e devolver os ativos nas mesmas condições de uso encontradas quando de sua locação. Os custos para remoção são capitalizados como parte do valor contábil dos ativos e depreciados ao longo da vida útil do bem. Essas estimativas de valor justo envolvem fluxos de caixa futuros descontados, e as principais premissas consideradas no cálculo são: custo estimado para remoção, tempo de remoção, taxas de inflação esperadas e taxas de custo médio ponderado do capital. **2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) -** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constritiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco específico e passivos são classificados circulantes como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.12. Imposto de renda e contribuição social -** A Sociedade adotou o regime de tributação pelo lucro real no período de 2017. Nesse regime, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados à alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos quando for provável que a Sociedade gerará lucros tributáveis. **2.13. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros -** Reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Sociedade possui os seguintes principais ativos financeiros: **a) Recebíveis -** São ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. A Sociedade tem como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i)caixa e equivalentes de caixa; e (ii)contas a receber de clientes. **Passivos financeiros -** Reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros. Os principais passivos classificados nessa categoria são: (i) fornecedores e (ii) outras contas a pagar. Quando aplicável, os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.14. Apuração do Resultado -** A Receita compreende o valor justo dos aluguéis dos "sites". A receita pela locação é reconhecida ao resultado no decurso do contrato de aluguel, de forma linear. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **2.15. Estimativas contábeis -** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas. As principais estimativas contábeis referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado, à suficiência da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, à avaliação do valor recuperável de ativos, à provisão para desmobilização de ativos e receitas não faturadas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas ao menos uma vez ao ano. **2.16. Informações por segmento -** A Sociedade atua somente no segmento de infraestrutura para a indústria de telecomunicações. **2.17. Projeção por ação -** Calculado por meio da divisão do prejuízo do período pela quantidade média ponderada de ações ordinária. **3. Caixa E Equivalentes De Caixa:**

	31.12.2017
Bancos conta movimento	3
Aplicações financeiras (*)	6.152
	6.155

(*)Representam valores aplicados em fundo de investimento referenciado DI, de liquidez imediata, sendo sua carteira composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras, com rendimento variando entre 99% e 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Contas A Receber:

	31.12.2017
Clientes faturados	39
Outros contas a receber	1
	40

As contas a receber são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos. Quando aplicável, a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Representado por valores faturados a clientes, cuja composição por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	31.12.2017
A faturar	39
A Vencer	1
	40

5. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para Impairment (**)	Líquido
Estrutura vertical	4	3.831	(163)	(364)	3.104
Outros custos de instalação de "sites"	10	7.321	(708)	-	6.613
Móveis e utensílios	10	373	(133)	-	240
Máquinas e equipamentos	20	42	(18)	-	24
Instalações	20	3	(3)	-	-
Equipamentos de informática	20	274	(160)	-	114
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	677	(209)	-	468
Provisão para desmontagem e remoção	20	973	(35)	-	938
Terrenos próprios	-	84	-	-	84
Imobilizado em andamento (*)	-	22.549	-	-	22.549
Subtotal		35.927	(1.429)	(364)	34.134
Adiantamento à fornecedores		2.068	-	-	2.068
Total		37.993	(1.429)	(364)	36.200

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada a seguir:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Saldos da incorporação (nota explicativa n°1)	30.190	(1.328)	28.862
Recassificação de saldos de adiantamentos (nota explicativa n°1)	1.904	-	1.904
Saldos subsequentes à Incorporação (nota explicativa n°1)	2.027	-	2.027
Subtotal	34.121	(1.328)	32.793
Aquisições	3.295	-	3.295
Provisão para desmobilização	263	-	263
Baixas	(50)	-	(50)
Depreciações	-	(101)	(101)
Saldo em 31/12/2017	37.629	(1.429)	36.200

Adiantamentos a fornecedores	31.12.2017
A.V. Engenharia Eireli – ME	467
Brafer Construções Metálicas S.A(***)	450
CAW Projetos e Consultoria Industrial Ltda.(***)	721
Delsa Construções e Montagens Ltda.	199
Outros	229
	2.066

(*) Valores gastos nos "sites" que estão em construção, sendo os principais: mão-de-obra, fundação, instalações e estrutura vertical. (**) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade efetuou a análise de eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos, resultando na manutenção da provisão para redução no valor recuperável de seus ativos no valor de R$364 registrado inicialmente na Sociedade cindida em exercícios anteriores. (***) Os contratos com as empresas fornecedoras das estruturas verticais para os "sites" prevêem que seja feito um adiantamento com o compromisso da Sociedade em adquirir um volume mínimo em toneladas de aço, e, em contrapartida, o fornecedor deve atender a um fornecimento mensal mínimo e em caso de não utilização do volume mínimo estabelecido em contrato, a Sociedade deverá pagar pelo valor mensal. Esse adiantamento é abatido conforme as notas fiscais são emitidas pelo fornecedor e em percentual fixo definido previamente. **6. Fornecedores:**

	31.12.2017
Fornecedores	142
	142

7. Obrigações Trabalhistas E Encargos Sociais:

	31.12.2017
Provisão para participação nos lucros e resultados – PLR e bônus	4.823
Provisão para férias	357
Encargos sociais sobre bônus e férias	228
Total (*)	5.408

(*) inclui R$5.384 conforme saldos iniciais de salários e encargos sociais e provisões sobre folha de pagamento (vide nota explicativa n°1), pagos parcialmente durante o período findo em 31 de dezembro de 2017. **8. Partes Relacionadas -** O pronunciamento técnico CPC05(R1) - Partes Relacionadas define como pessoal-chave da Administração os profissionais que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Sociedade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os honorários dos administradores foram de R$273, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal". Não foi pago nenhum valor a título de: (a)benefício pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b)benefícios de longo prazo (férias de longo prazo, outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); nem (c)benefícios de rescisão de contrato de trabalho. **9. Provisão Para Desmobilização:**

	31.12.2017
Provisão para desmobilização (*)	1.068

(*) inclui o valor de R$796 conforme saldos iniciais (vide nota explicativa n°1). Constituída com base na melhor estimativa elaborada pela engenharia da Administração, do valor que será gasto para remoção das instalações efetuadas nos "sites" e devolver o terreno em condições inicialmente locados. Essa estimativa é feita considerando o custo de remoção considerando o prazo de aluguel atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA médio, que é o índice de atualização dos principais custos de desmobilização, trazido a valor presente pela taxa do custo médio ponderado de capital. **10. Patrimônio Líquido -** a) Em 31 de dezembro de 2017, o capital social era de R$35.034, representado por 35.033.692 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre os acionistas:

Acionistas	Ações	%
Pátria Infraestrutura FIP	30.871.467	88,12
Outros	4.162.225	11,88
	35.033.692	100,00

Em 31 de dezembro de 2017, a composição das ações é como segue:

Acionistas	Ações
Pátria Infraestrutura FIP	30.871.467
Outros	4.162.225
	35.033.692

b) Aumentos de capital - Em 03 de julho de 2017, foi aprovado, em Alteração e Consolidação de Contrato Social, o aumento de capital em R$1.000 com a subscrição das 999.900 novas quotas. Em 11 de dezembro de 2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital em R$ 9.200 com a subscrição das 9.200.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. c) Reserva de capital - O saldo de R$ 2.027 refere-se a ajustes subsequentes ao laudo de avaliação original, conforme definido no Protocolo de Justificação da Incorporação. **11. Receita Líquida:**

	31.12.2017
Receita bruta:	
Aluguéis	49
Dedução da receita bruta:	
(-) PIS	(1)
(-) COFINS	(3)
(-) Desconto incondicional	(9)
	36

12. Custos e Despesas Por Natureza:

	31.12.2017
Custo dos serviços prestados:	
Custos de locação	(39)
Custo de depreciação, amortização	(85)
	(124)
Despesas operacionais:	
Despesas com pessoal	(845)
Honorários da diretoria	(273)
Despesas gerais e administrativas	(234)
Depreciação e amortização	(19)
Outras despesas operacionais, líquidas	(20)
	(1.391)

13. Resultado Financeiro:

	31.12.2017
Despesas financeiras:	
Valor presente da provisão para desmobilização	(9)
Outras despesas	(5)
	(14)
Receitas financeiras:	
Rendimento de aplicações financeiras	35
	35
Resultado financeiro	21

**14

EABS Serviços de Assistência e Participações S.A.

CNPJ nº 09.060.236/0001-98

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 31/12/2017 e 2016. Informamos que as demonstrações completas e auditadas estão à disposição de V.Sas. na sede da Companhia. Empresa que todo apoio recebido. Cidade de Deus, 22 de Fevereiro de 2018. **A administração.**

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	14.767	14.180	**Circulante**	13.921	13.038
Caixa e equivalentes de caixa	796	6	Fornecedores	20	10
Impostos a recuperar	39	32	Obrigações tributárias e encargos sociais	2	-
Dividendos a receber	13.932	14.142	Dividendos a pagar	13.899	13.028
Não circulante	154.054	141.819	**Patrimônio líquido**	154.851	142.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.245	1.209	Capital social	69.744	67.870
Investimentos	121.065	108.915	Reservas de lucros	85.107	75.088
Ágio sobre investimentos	31.695	31.695			
Total do ativo	168.722	155.999	**Total do passivo e patrimônio líquido**	168.722	155.999

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Para investimentos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	52.803	6.401	65.538	-	124.842
Reincorporação dividendos exercício 2015	-	-	10.904	-	10.904
Aumento de capital social	15.070	-	(15.070)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.742	13.742
Destinações do lucro líquido:					
Constituição de reserva legal	-	688	-	(688)	-
Constituição reserva investimentos	-	-	6.527	(6.527)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(6.527)	(6.527)
Em 31 de dezembro de 2016	67.873	7.089	67.999	-	142.961
Complemento dos Dividendos Propostos 2016	-	-	(3.473)	-	(3.473)
Aumento de capital social	1.871	-	(1.871)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.263	29.263
Destinações do lucro líquido:					
Constituição reserva legal	-	1.463	-	(1.463)	-
Constituição reserva investimentos	-	-	13.900	(13.900)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(13.900)	(13.900)
Em 31 de dezembro de 2017	69.744	8.552	76.555	-	154.851

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2017

1. Informações gerais: A EABS Serviços de Assistência e Participações S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e pode, para consecução de seus fins e por deliberação do Conselho de Administração, abrir, manter e fechar filiais, escritórios ou agências de representações em qualquer parte do país ou no Exterior. A Companhia tem por objeto social a organização e gestão de serviços de credenciamento e filiação de serviços de assistência a pessoas e a domicílios, tanto no Brasil quanto no exterior, bem como participação no capital de outras sociedades. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Diretoria **Wiamir Morales Ianez** - Contador - CRC - 1SP177844/O-2

Demonstrações do Resultado - 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
Despesas operacionais	(129)	(769)
Gerais e administrativas	(127)	(714)
Tributárias	(1)	(55)
Receita de equivalência patrimonial	29.331	14.215
Resultado operacional antes do resultado financeiro	29.202	13.446
Resultado financeiro	24	13
Receitas financeiras	24	13
Lucro antes do IR e da contribuição social	29.227	13.459
Imposto de renda e contribuição social	36	283
Diferido	36	283
Lucro líquido do exercício	29.263	13.742
Quantidade de ações no final do exercício(em milhares)	21.780	21.780
Lucro líquido básico e diluído por ação do		
capital social - R$	1,34	0,63

Demonstrações do Resultado Abrangente - 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	29.263	13.742
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	29.263	13.742

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - 31 de dezembro de 2017

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	29.227	13.459
Ajustes para conciliar o lucro do exercício		
Receita de equivalência patrimonial	(29.331)	(14.215)
Variações em ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(7)	(5)
Fornecedores	10	(6)
Obrigações tributárias e encargos sociais	2	(67)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	(778)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(99)	(834)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	17.389	410
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	17.389	410
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(16.500)	-
Caixa líquido consumido nas atividades financiamentos	(16.500)	-
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	790	(424)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	430
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	796	6
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	790	(424)

PRIMESYS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS S.A.

CNPJ: 59.335.976/0001-68

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras Condensadas da Primesys Soluções Empresariais S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais Condensados - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	252.050	292.958	Circulante	172.301	257.682
Não circulante	510.662	539.652	Não circulante	12.381	14.542
			Patrimônio líquido	578.030	560.386
Total do ativo	762.712	832.610	**Total do passivo e patrimônio líquido**	762.712	832.610

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva para investimento	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	322.941	30.684	31.646	119.783	–	–	505.054
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	24.698	24.698
Juros sobre capital próprio	–	–	(31.500)	–	–	–	(31.500)
Aumento de capital	68.000	–	–	–	–	–	68.000
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	–	1.235	–	–	–	(1.235)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(5.866)	(5.866)
Constituição da reserva de lucros	–	–	17.597	–	–	(17.597)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	390.941	31.919	17.743	119.783	–	–	560.386
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	74.545	74.545
Juros sobre capital próprio	–	–	(17.743)	(21.357)	–	–	(39.100)
Atualização de passivo atuarial, líquido	–	–	–	–	(96)	–	(96)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	–	3.727	–	–	–	(3.727)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(17.705)	(17.705)
Constituição da reserva de lucros	–	–	53.113	–	–	(53.113)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	390.941	35.646	53.113	98.426	(96)	–	578.030
			187.185				

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys" ou "Companhia") possui como uma de suas principais atividades a prestação de serviços de telecomunicações e serviços relativos às áreas de tecnologia da informação e *internet*, operando mediante autorização da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). Em 31 de dezembro de 2017, a Claro S.A. ("Claro") detém 99,99% das ações ordinárias do capital social da Companhia e 50,29% do capital total. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3. Relatório dos Auditores Independentes:** As demonstrações financeiras consolidadas completas da Claro S.A. devidamente acompanhadas do relatório do auditor independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S. emitido em 27 de março de 2018 estarão à vista dos acionistas nas assembleias de apresentações financeiras da Companhia, estão publicadas no Diário Oficial e Valor Econômico, âmbos do Estado de São Paulo, em 28 de março de 2018.

DIRETORIA

José Formoso Martinez - Diretor Presidente
Juarez Medeiros da Silva - Diretor
Roberto Catalão Cardoso - Diretor
José Antônio Guaraldi Félix - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
CRC-PR-040021/O-0-S-SP

NESLIP S.A.

CNPJ nº 19.654.466/0001-36

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Ativo	2017	2016
Circulante	181.088	174.843
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	177.875	174.148
Impostos a recuperar (Nota 4)	3.213	695
Não circulante: Realizável a longo prazo	2.326	2.154
Depósito judicial (Nota 5)	2.103	1.978
Partes relacionadas	223	176
Total do ativo	183.414	176.997
Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante	8.125	3.614
Fornecedores	12	3
Obrigações tributárias	47	95
Parcelamento - PERT (Nota 7)	8.066	-
Remuneração dos acionistas (Nota 11(c))	-	3.516
Não circulante		
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	261	200
Patrimônio líquido (Nota 11)	175.028	173.183
Capital social	168.709	154.646
Reserva de lucros	7.872	7.872
Ajustes de avaliação patrimonial	113	118
Prejuízos acumulados	(1.666)	-
Dividendos adicionais propostos (Nota 11(c))	-	10.547
Total do passivo e patrimônio líquido	183.414	176.997

Demonstrações dos resultados

	2017	2016
Despesas operacionais	(4.276)	(1.755)
Com pessoal - honorários dos conselheiros	(192)	(152)
Serviços prestados	(980)	(559)
Gerais e administrativas	(3.104)	(1.044)
Outras despesas operacionais: Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada (Nota 6(b))	(56)	(57)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda	(4.332)	(1.812)
Resultado financeiro (Nota 8)	12.150	21.537
Receitas financeiras	17.152	22.289
Despesas financeiras	(5.002)	(752)
Lucro antes do imposto de renda	7.818	19.725
Imposto de renda (Nota 9)	(2.521)	(4.922)
Imposto de renda de anos anteriores (Nota 7)	(6.963)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.666)	14.803
Ações em circulação no final do exercício (Nota 11(a))	2.632.790	2.632.790
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	(0,63)	5,62

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.666)	14.803
Outro componente do lucro abrangente: Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	(5)	34
Resultado abrangente	(1.671)	14.837

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.666)	14.803
Ajustes: Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada	56	57
Variações monetárias e cambiais	(147)	(134)
Variações nos ativos e passivos		
Imposto a recuperar	(2.518)	(695)
Partes relacionadas	(25)	(102)
Fornecedores	9	-
Obrigações tributárias	(48)	(314)
Parcelamento - PERT	8.066	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	3.727	13.616
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	14.063	12.702
Dividendos distribuídos	(14.063)	(12.702)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.727	13.616
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	174.148	160.532
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	177.875	174.148

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2015	141.944	7.132	84	-	9.526	158.686
Aumento de capital (Nota 11(a))	12.702	-	-	-	(9.526)	3.176
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	34	-	-	34
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.803	-	14.803
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 11(b))	-	740	-	(740)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 11(c))	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(10.547)	10.547	-
Em 31 de dezembro de 2016	154.646	7.872	118	-	10.547	173.183
Aumento de capital (Nota 11(a))	14.063	-	-	-	(10.547)	3.516
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(5)	-	-	(5)
Prejuízo de exercício	-	-	-	(1.666)	-	(1.666)
Em 31 de dezembro de 2017	168.709	7.872	113	(1.666)	-	175.028

Notas explicativas da administração:- 1. Contexto operacional: A Neslip S.A. (ou a "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e tem como objeto social e atividade preponderante (i) a industria, o comércio, a importação e a exportação de produtos cosméticos e bebidas em geral, bem como materiais e produtos para acondicionamento, material publicitário e de apoio comercial e assemelhados, (ii) transporte de cargas em geral e distribuição de bebidas, (iii) prestação de serviços de assistência às fábricas de cervejas e (iv) a participação em outras sociedades. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **(a) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs), em debêntures comprometidas de alta liquidez e em fundos de renda fixa que são prontamente conversíveis em numerário. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(b) Investimento em controlada** - Os investimentos em sociedade controlada é registrado e avaliado do pelo método da equivalência patrimonial. A variação cambial de investimento em controlada no exterior, esta que apresenta moeda funcional distinta da controlada pela Companhia, é registrada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia e somente será apropriada ao resultado no período em que o investimento for vendido ou baixado. **(c) Demais ativos circulantes e não circulantes** - São apresentados pelos valores líquidos de realização. **(d) Imposto de renda e contribuição social** - A despesa de imposto de renda compreende a parcela corrente desse tributo, apurado pelo regime de tributação com base no lucro real e está reconhecido na demonstração do resultado, sendo que o mesmo é calculado com base nas leis tributárias. Não há despesa a título de contribuição social sobre o lucro líquido registrada no resultado, tendo em vista liminar ordinária ajuizada contra a União Federal, objetivando excluir a exigência relativa ao recolhimento da tal contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas, a qual foi declarada inconstitucional no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação em Mandado de Segurança. A União Federal, na oportunidade cabível, não interpôs o competente recurso para o Superior Tribunal Federal, tendo a decisão transitado em julgado, conforme certidão emitida pelo cartório do juízo em 29 de fevereiro de 1992. Mesmo considerando que a modificação de tal decisão seria ainda possível com o ajuizamento de ação rescisória no prazo de dois anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão, a ré não se manifestou formalmente no prazo estipulado em lei. A administração da Companhia, baseada em seu entendimento na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver mais riscos com relação à incidência da contribuição social. **(e) Demais passivos circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos. **(f) Remuneração dos acionistas** - A distribuição dos dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **(g) Estimativas e premissas contábeis críticas** - As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas a Companhia fez estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Quanto as contingências as mesmas são atestadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, discussões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração. **(h) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	1	211
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	28.329	27.682
Debêntures compromissadas	94.599	89.750
Fundo de aplicação (Cash Alloc FICFI)	54.946	56.505
	177.874	173.937
	177.875	174.148

As aplicações financeiras têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade que varia entre 98,00% e 102,50% do CDI, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. **4. Imposto a recuperar:** O saldo de imposto a recuperar, no montante de R$ 3.213 (2016 – R$ 695), representa o imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizado monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras. **5. Depósito judicial:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 377, referente ao processo no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu é a Neslip S.A., onde a Companhia (incorporada pela Companhia em junho de 2002), que arguí débitos de

Dívida consolidada - valor montante pelo CARF

	Dívida consolidada - valor montante pelo CARF	Entrada de 20% em 5 parcelas	Saldo remanescente a pagar de 80%	Saldo remanescente a pagar com redução dos juros e da multa	Atualização pela taxa Selic de dez/2017	Saldo a pagar atualizado em dez/2017
Principal	6.963.380,95	1.392.676,19	5.570.704,76	5.570.704,76	30.081,81	5.600.786,57
Multa	5.222.535,71	1.044.507,14	4.178.028,57	1.253.408,57	6.768,41	1.260.176,98
Juros	14.986.240,31	2.997.248,06	11.988.992,25	1.198.899,23	6.474,06	1.205.373,28
Total	**27.172.156,97**	**5.434.431,39**	**21.737.725,58**	**8.023.012,56**	**43.324,27**	**8.066.336,82**

8. Resultado financeiro

	2017	2016
Comissão de fiança	(746)	(673)
Juros sobre parcelamento - PERT	(4.250)	-
Outras despesas financeiras	(6)	(6)
Despesas financeiras	(5.002)	(679)
Receitas financeiras de depósitos bancários	17.016	22.116
Variações monetárias e ganhos cambiais líquidos	136	94
Receitas financeiras	17.152	22.210
Resultado financeiro, líquido	12.150	21.537

9. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda	7.818	19.725
Alíquota nominal do imposto de renda %	25%	25%
IR pela alíquota nominal - (despesa) crédito	(1.955)	(4.931)
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto	(15)	(15)
Despesas não dedutíveis	(575)	-
Adicional de alíquota - 10%	24	24
Despesa de IR no resultado do exercício	(2.521)	(4.922)

10. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza trabalhista e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como remotos e possíveis com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não produzindo, portanto, correspondente provisão. A natureza das obrigações tributárias refere-se, principalmente, à discussão quanto ao não recolhimento de tributos federais em decorrência da omissão de ganhos de capital na alienação de investimentos e dedução indevida de despesas, bem como multa de ofício isolada calculada sobre a base estimada de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que teria deixado de ser recolhida. O valor estimado das causas classificadas como perda possível é de aproximadamente R$ 2.379.633 (2016 – R$ 2.322.000). **11. Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social integralizado está representado por 2.632.790 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme a seguir detalhado:

Acionistas:	Quantidade de ações	%
KSP Participações Ltda.	825.272	31,3%
KAIK Participações Ltda.	881.020	33,5%
Heineken International B.V.	374.282	14,2%
Coca Cola Indústrias Ltda.	270.366	10,3%
TILFAR - TIL Participações Ltda.	273.943	10,4%
Outros	7.907	0,3%
	2.632.790	**100%**

Cada ação ordinária confere o direito a um voto na Assembleia Geral. Em 25 de abril de 2017, com exceção da acionista Heineken International B.V. (que se abateve de votar), os acionistas aprovaram a capitalização da integra dos dividendos originalmente propostos em 2016 (mínimo obrigatório e adicionais propostos), no valor de R$ 14.063, passando o capital social da Companhia de R$ 154.646 para R$ 168.709, sem a emissão de novas ações. **(b) Reserva legal** - É constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não podendo exceder a 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(c) Remuneração dos acionistas** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. De acordo com as disposições estatutárias, o dividendo mínimo obrigatório é de 6% do patrimônio líquido da Companhia, limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei societária, o qual deve ser submetido para deliberação e aprovação em Assembleia Geral. Como a Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2017, não houve apuração de dividendos. **12. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes a instrumentos financeiros constantes das demonstrações financeiras se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base nesta taxa vigente de juros no mercado e encontra-se dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 38. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, na rubrica caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 177.875) e em 31 de dezembro de 2016 (R$ 174.148). **(a) Risco de crédito** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse risco é naturalmente mitigado em função da Companhia realizar operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de baixo risco. **(b) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós fixadas. **(c) Risco de liquidez** - O risco resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Diretoria:

Francisco Miguel Alarcon - Presidente
Paulo Weiser Neto - Diretor
Luiz Otávio Pôssas Gonçalves - Diretor

Contador Responsável:
Sebastião de Souza Fontes Nunes - CRC - 1RJ035748/O-9 "S" SP

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO METROPOLITANO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezado (a) Condômino (a): Em atenção ao quanto ao 15 solicitado pelo Síndico, Dr. Ricardo Scravaier Gouveia, estamos convocando V.S.ª para comparecer a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do Condomínio Edifício Metropolitano, a ser realizada na Rua Joaquim Floriano, nº 966, bairro Itaim Bibi, em São Paulo/SP, no Centro Comunitário, Bloco Gama 10º andar, no próximo dia 28 de abril, sábado, às 08:30 horas em primeira convocação, e uma hora depois, que contando com o número legal de presenças, ou então, 11 de abril, quarta-feira, em segunda convocação no mesmo local e horário, com qualquer quorum, para o exame, discussão e deliberação da seguinte ORDEM DO DIA: 1.Explanação sobre os pagamentos das dívidas ativas do Condomínio, junto à Receita Federal (INSS) e Prefeitura Municipal de São Paulo (ISS), oriundo da gestão anterior e providências a serem tomadas quanto às dívidas vencer. 2.Prestação de contas do Condomínio, relativa ao período de 01/01/2017 até 28/02/2018, e a tempestiva submetidas à apreciação do Conselho (inciso 1); 3.Situação financeira e ajuste de valores entre contas (contábil); 4.Discussão e aprovação da previsão orçamentária para o próximo exercício (anexo 2). 5.Discussão e votação e aprovação da compensação dos valores devidos, pelos débitos dos condôminos/inquilinos da Galeria, com os valores locados da locação do cinema, e 6.Explanação sobre as obras/ serviços realizados e os a realizar no Condomínio (não haverá votação, apenas explanação). Nos termos da legislação vigente, os Condomínos, em caso de ausência ou impedimento, poderão se fazer representar por procurador munido do respectivo instrumento de procuração. Lembramos ainda, que os condôminos devedores de cotas condominiais não poderão participar das deliberações,conforme determinam a Convenção do Condomínio e o Código Civil Brasileiro.Atenciosamente,GTA-GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA.

THK Fomento e Participações Ltda.

CNPJ nº 10.402.080/0001-65 - NIRE 35.222.731.736

Ata de Assembleia Geral de Transformação de Sociedade Empresarial Limitada em Sociedade Anônima: Pelo presente instrumento particular, **Amilcar Ferraz Altemari**, brasileiro, advogado, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 8.468.201-2 (SSP/SP), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 066.010.768-64, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cotovia, 80, apto. 44 - Moema - CEP 04517-000; e **Nelson Altemari**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 1.584.602 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 396.586.868-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cotovia, 80, apto. 44 - Moema - CEP 04517-000, únicos sócios da sociedade denominada **THK Fomento e Participações Ltda.**, sociedade empresarial limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, 515, bloco E, conj. 121 - Paraíso - CEP 04011-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 10.402.080/0001-65, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.222.731.736, em sessão de 2 de outubro de 2008 (a "Sociedade"), têm entre si justo e contratado o seguinte: A totalidade dos sócios decidiram, por unanimidade: **(i)** transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada, constituída nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para sociedade anônima, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; **(ii)** alterar a denominação social da Sociedade; **(iii)** dispensar a sede e foro da Sociedade; **(iv)** eleger os membros da Diretoria da Sociedade; e **(v)** aprovar o Estatuto Social da Sociedade. Para tanto, reuniram-se em Assembleia Geral de Transformação de Sociedade Empresarial Limitada em Sociedade Anônima, cuja ata foi lavrada na forma sumária, com seu respectivo teor transcrito abaixo: **Data, hora e local:** Aos 27 de dezembro de 2017, às 10h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, 515, bloco E, conj. 121 - Paraíso - CEP 04011-002. **Convocação e Presenças:** A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa:** Presidente: Sr. Amilcar Ferraz Altemari; Secretário: Sr. Nelson Altemari. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(i)** a transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade anônima; **(ii)** alterar a denominação social da Sociedade **(iii)** alterar a sede e foro da Sociedade; **(iv)** eleger os membros da Diretoria da Sociedade; e **(v)** aprovar o Estatuto Social da Sociedade. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os sócios da Sociedade deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresarial limitada, para sociedade anônima, sem descontinuidade dos negócios sociais, sem qualquer alteração no quadro dos sócios, no patrimônio líquido e no capital social, que passará a ser de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 400.000 (quatrocentas mil) ações ordinárias e 100.000 (cem mil) ações preferenciais, subscritas pelos sócios para subscrever as quotas por eles detidas e ora extintas, na razão de 1 (uma) ação para cada 1

Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A

CNPJ/MF: 04.772.866/0001-71

Relatório da Administração: Prezados Senhores, A diretoria da Segpartners Brasil Corretora de Seguros S/A apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sociedade e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em cumprimento às disposições legais e estatutárias. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se mostrarem necessários. São Paulo, 28 de fevereiro de 2018. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial dos Exercícios	31/12/2017	31/12/2016
Ativo / Circulante	**113.095,98**	**77.227,45**
Disponível	**106.387,49**	**59.669,70**
Bancos Cta Movimento	16.485,96	59.669,70
Aplicações Financeiras	89.901,53	–
Contas a Receber	**6.708,49**	**17.557,75**
Comissões a receber	–	8.900,31
Impostos a Recuperar	6.708,49	6.657,44
Outros Créditos	–	2.000,00
Não Circulante	**8.261,21**	–
Imobilizado	**8.261,21**	–
Equipamentos Informática	8.696,00	–
(-) Depreciação Acumulada	(434,79)	–
Total do Ativo	**121.357,19**	**77.227,45**

Balanço Patrimonial dos Exercícios	31/12/2017	31/12/2016
Passivo / Circulante	**28.081,23**	**19.945,60**
Contas a Pagar	**28.081,23**	**19.945,60**
Salários a Pagar	6.634,38	4.706,49
Encargos Sociais a recolher	3.827,85	2.519,04
Provedores Trabalhistas	9.002,03	–
Impostos a Recolher	9.216,77	12.720,07
Patrimônio Líquido	**93.275,96**	**57.281,85**
Capital Social	68.000,00	68.000,00
(-) Ações em tesouraria	(4.000,00)	–
Reservas de Lucros	1.999,71	–
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	27.276,25	(10.718,15)
Total do Passivo	**121.357,19**	**77.227,45**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos de 31/12/2015	**68.000,00**	–	–	**(38.630,42)**	**29.369,58**
Ajuste Exercícios Anteriores	–	–	–	2.742,12	**2.742,12**
Lucro Líquido do Período	–	–	–	25.170,15	**25.170,15**
Saldos de 31/12/2016	**68.000,00**	–	–	**(10.718,15)**	**57.281,85**
Retirada de Acionista	–	(4.000,00)	–	**(4.000,00)**	–
Lucro Líquido do Período	–	–	–	39.994,11	**39.994,11**
Constituição de Reserva Legal	–	–	1.999,71	(1.999,71)	–
Saldos de 31/12/2017	**68.000,00**	**(4.000,00)**	**1.999,71**	**27.276,25**	**93.275,96**

Notas explicativas - Cifras apresentadas reais.
1. Apresentação Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis no Brasil, nas quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas brasileiras de contabilidade emitidas por meio de resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
2. Principais Práticas Contábeis: a. Apuração do lucro/(prejuízo) do exercício: As receitas e despesas são reconhecidas em regime de competência de exercício. **b. Ativos e Passivos Circulantes:** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c. Patrimônio Líquido:** Composto pelo capital social da Sociedade e acrescidos ou deduzidos dos lucros ou prejuízos obtidos ao longo do exercício e existência de saldo/prejuízo. **3. Contas a Receber:** 3.1 - Comissões a Receber: Saldo de Comissões a Receber de Cias Seguradoras em 31/12/2016, em 31/12/2017 não havia saldo de Comissões a Receber. 3.2 - Impostos a recuperar: Representa os créditos tributários oriundos de saldos negativos de Impostos de Renda pagos a maior em exercícios anteriores, bem como antecipações feitas por obrigações trabalhistas e tributárias. **4. Patrimonio Líquido:** Composto pelo capital social e prejuízos/lucros obtidos ao longo do período no exercício corrente.

Capital Social	31/12/2017	31/12/2016
	68.000	68.000
Prejuízos Acumulados	27.276	(10.718)
São Paulo, 31 de Dezembro de 2017		

Rosângela Aparecida Ferreira Junior - Contador - CT/CRC 1 SP125784/O-5 - CPF/MFS: 008.207.518-20

Demonstrações do Resultado Exercícios	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Operacionais	**681.197,19**	**713.845,67**
Receita de Corretagem de Seguros	681.197,19	713.845,67
Impostos Incidentes sobre Serviços	**81.378,82**	**75.776,64**
ISS - Impostos sobre Serviços	14.976,86	14.852,72
PIS	11.844,65	10.640,33
COFINS	54.557,31	50.283,59
Receita Comissões - Líquida	**600.218,37**	**640.069,03**
Despesas Administrativas	**547.665,20**	**607.404,55**
Despesas Administrativas	**547.665,20**	**607.404,55**
Despesas com Funcionários	164.143,71	36.762,19
Serviços Terceiros	394.718,13	435.507,94
Localização e Funcionamento	73.478,64	51.626,97
Outras Despesas	51.757,24	83.507,45
Recuperação de Despesas Administrativas	(136.432,52)	–
Resultado Financeiro	**70,65**	**454,14**
Despesas (Líquidas) de Receitas Financeiras	70,65	454,14
Lucro Antes dos Impostos	**52.623,82**	**33.118,62**
IRPJ e Contribuição Social	**12.629,71**	**7.948,47**
IRPJ	7.893,57	4.967,79
Contribuição Social	**4.736,14**	**2.980,68**
Lucro Líquido dos Exercícios	**39.994,11**	**25.170,15**

Demonstrações dos Lucros/Prejuízos Acumulados	31/12/2017	31/12/2016
Saldo dos Prejuízos Acumulados	**(10.718,15)**	**(38.630,42)**
Ajustes Exercícios Anteriores	–	2.742,12
Resultado do Exercício	39.994,11	25.170,15
Saldo dos Prejuízos Acumulados	**29.275,96**	**(10.718,15)**

Recebe das Cias Seguradoras em 31/12/2016, em 31/12/2017 não havia saldo de Comissões a Receber. 3.2 - Impostos a recuperar: Representa os créditos tributários oriundos de saldos negativos de Impostos de Renda pagos a maior em exercícios anteriores, bem como antecipações feitas por obrigações trabalhistas e tributárias. **4. Patrimonio Líquido:** Composto pelo capital social e prejuízos/lucros obtidos ao longo do período no exercício corrente.

Capital Social	31/12/2017	31/12/2016
	68.000	68.000
Prejuízos Acumulados	29.275	(10.718)
São Paulo, 31 de Dezembro de 2017		

Rosângela Aparecida Ferreira Junior - Contador - CT/CRC 1 SP125784/O-5 - CPF/MFS: 008.207.518-20

Companhia Brasileira de Agroindústria

CNPJ: 11.316.941/0001-55

Demonstrações Financeiras em 31/12/2017 (Em R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	2016	2017
Ativo Circulante: Disponível	104.053,61	11.589,75
Valores a Receber	15.781.422,16	22.006.092,21
Ativo não Circulante: Imobilizado	68.750.000,00	65.750.000,00
Total do Ativo	**84.617.475,77**	**87.768.281,96**
Passivo	**2016**	**2017**
Passivo Circulante		
Obrigações de Curto Prazo	708.430,48	1.473.139,98
Passivo não Circulante		
Valores Exigíveis a longo Prazo	–	1.090.263,00
Patrimônio Líquido: Capital Social	79.854.774,67	79.854.774,67
Resultados Acumulados	4.048.270,62	5.350.104,90
Total do Passivo	**84.617.475,77**	**87.768.281,96**

Demonstração do Resultado

	2016	2017
Receita Operacional Bruta	5.389.699,40	5.788.374,00
Deduções (Impostos)	(197.099,97)	211.273,36
Receita Líquida	5.202.699,43	5.577.040,04
Lucro Bruto	5.202.699,43	5.577.040,04
Despesas Administrativas	(3.263.991,31)	3.574.888,47
Despesas Tributárias	(15.294,34)	152,46
Despesas Operacionais	(3.279.285,65)	3.575.040,93
Resultado antes das Operações Financeiras	**1.923.613,78**	**2.001.999,11**

	2016	2017
Receitas Financeiras	9.880,86	4.816,83
Despesas Financeiras	856,15	98.576,04
Resultado antes da Provisão da Contribuição Social	1.932.638,49	1.908.239,90
Provisão da Contribuição Social	156.409,26	167.136,96
Resultado antes da Provisão para o Imposto de Renda	1.776.229,23	1.741.102,94
Provisão para o Imposto de Renda	410.470,17	440.269,32
Lucro Líquido do Exercício	**1.365.759,06**	**1.300.833,62**

Reconhecemos a exatidão do presente, a vista dos documentos apresentados, cujo Ativo e Passivo importam em R$ 87.768.281,96

José Maria Marcondes do Amaral Gurgel - Diretor | **Marcelo Delgado** - Contador - CRC 1SP 153182/O-8

Mendes Gonçalves S/A

CNPJ Nº 55.288.799/0001-55

AVISO

Acham-se a disposição dos senhores acionistas, na sede social, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Brigadeiro Tobias, 356 11º Andar Sala 111 - Centro, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, relativo ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017.

São Paulo – SP, 20 de Março de 2018.

Raul Francisco Mendes Prates - Diretor Presidente

LEILÃO: 78 Autos, Utilitários, Caminhões, Ônibus, Reboques

Dia 28/03/2018 às 10:00h.

Local do Leilão: Recife/PE: Av. do Recuperação, 6.001- Guobirobo.
Vistoria: Dia 28/03/2018 e por dia: 8:00h.
UTILITÁRIOS: S10 - Strada - Ranger - Hilux - L200 - Frontier. **AUTOS: Importados:** Fit - HB20 - Audi Q3 - Hummer - Jac J4 - MMC ASX - March - Suzuki SX4 - BMW 323i - Volvo XC60 - Peugeot 306 - Ssangyong Kyron - Volvo V40 - Compass - Peugeot 206 - Cr - Cruz - Corolla. **Fiat:** Doblô - Palio - Siena - Uno - Fiat 500. Fordt Escort - Fiesta. **Chevrolet:** Classic - Astra - Corsa - Sonic. **VW:** Golf - Jetta - Fox - Gol - Parati - Santana - Voyage. **CAMINHÕES:** Ford Cargo 2632 - Ford Cargo 6332 - VW 24.250. **ÔNIBUS:** Master Bus. **REBOQUES:** Randon - Guerra. **Chassis:** 9BGSU19FGC1109942 - 9BG148PHX0DC422002 - 9BD119756D1014266 - 9BD17164LD0872761 - 9BD17164G951540R9 - 9BD17203GE631716855 - 9BD17206GB3335139 - 9BD27844FB7382179 - 9BD19515ZE0538141 - 9BD19516ZC0233749 - 9BF2CEFY488B10373 - 9BF2CA0Y0BB610055 - 9BF2E55PC0B767795 - 9BF2E12PC0B776317 - 9BF2E12NC0B588253 - 9BF2F26PH0B006214 - 9BFZF54AXB8088944 - 9BGTR08W07B211041 - 9BGXF19X02C159851 - 9BGSC80N01C113614 - 9BG124GJ09C407615 - 93HGE6550EZ100092 - 9BHBG51DBEP240475 - 9BHBG51DAEP096620 - WAUDFAF46D188641 - 3G1JB52C03E350097 - 3C3AFFAR7DT198581 - BAP1962T1E4051153 - BAP3721I1D0660237 - BAP1720ZLA208513 - BAP1720ZLB214117 - BAFFER19P9AJ298918 - BAFER13P5RJ103083 - 5GTDN13E478188056 - L1BAK231C4A95828 - JMYXTGA2NCZA05385 - JMYXTGA2JCZD7L201834 - JSAGYB41SB6300504 - 8AJFZ29GXC8150590 - 8AJFZ29G3B6060017 - 8AFYY59G1EE517898 - 8AJYY59GXD6503626 - VYID2R056B2161367 - WVWHE6AU9FW118966 - 3VWV36K17M154578 - ABMCP71041NNA57036 - 9U37ELFYNYP001733 - 9BWZZZ377VT904437 - YV1VW2680HF10467 - 9BR675190VJKH4264 - 9BM6B5304B8B02660 - 93XHNK34D3C225479 - 93XHNK3405C437416 - 93XHYKB8TECE87417 - 94DCEUD226L696455 - 94DVCUD40AJ511707 - 9362ATLZ98B08386 - 93YLB0615J378415 - 93YCDDUH59J190153 - 3AA0713GEC126816 - 9551141GEF536183 - 9BRBLWHE6G005918 - 9BWSKAFB225540628 - 9BWTKAJ3J893936809 - 9BWKAO5ZS644032252 - 9BWAAO5ZA4A085899 - 9BWAA452E1E415514 - 9BWCAO5W487059804 - 9BWCAO5X55T156952 - 9BWAA05W5EPO40724 - 9BWABUSAATO105886 - 9BWAA452F4029438 - 9BWGB05WS0PI058517 - 9BWAO33X74P000326 - 9BWDB45UXFT007632.

Normas completas e condições de pagamento, constando no catálogo distribuído no dia do Leilão. Os veículos vendidos como sobrados, devem ser submetidos após a sua reparação, a uma inspeção de segurança veicular para que possam ser liberados a circulação, conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) 3622/2010. Os veículos sendo vendidos com o IPVA, DPVAT e Licenciamento 2018 por conta do arrematante. Existindo débitos, referentes a multa (s), IPVA (s) e outros, que surgirem interpessoalmente após a arrematação, serão de responsabilidade do arrematante, Proibido o pagamento em espécie de bens arrematados em Leilão A partir do 01/12/2017 fica proibido o recebimento de valores em espécie pelo Leiloeiro para quitação de bens arrematados de Grupo Bradesco. Os pagamentos devem ser efetuados por TED, DOC, Transferência Bancária, Cheques do Banco Bancário, de acordo com a preferência do Leiloeiro. Rua de Janeiro Pereira - Leiloeiro Oficial - JUCEPE nº 31. César Augusto Aragão Pereira - Leiloeiro Oficial - JUCEPE nº 384.

Lances: WWW.VIZEUONLINE.COM.BR | **Infs. F: (81) 3039-1994**

Bradesco Seguros | Bradesco | Promotor de Serviços Estatais - Rad

Barros & Galvão – Corretora de Seguros Ltda

CNPJ/MF nº 04.525.431/0001-22 - NIRE 352.169.759.31

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores Sócios da **Barros & Galvão – Corretora de Seguros Ltda** convocados para a Reunião Extraordinária a ser realizar em 5.4.2018, às 11:00 horas, na sede da Galicer Participações Ltda situada à Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olimpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (I) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Tozo** - Administrador

Viana & Basílio Corretora de Seguros Ltda

CNPJ/MF nº 04.525.431/0001-22 - NIRE 352.169.759.31

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores Sócios da **Viana & Basílio Corretora de Seguros Ltda** convocados para a Reunião Extraordinária a ser realizar em 5.4.2018, às 10:45 horas, na sede da Galicer Participações Ltda situada à Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olimpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (I) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Tozo** - Administrador

COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA.

CNPJ: 17.273.560/0001-12

ANS nº 41916-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES: A administração da **COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA.** submete à apreciação dos Senhores colistas as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - *Em Reais - R$*

ATIVO	Nota Explicativa	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		**16.321.538**	**3.455.789**
Disponível	4	9.534	121.561
Realizável		**16.312.004**	**3.334.228**
Aplicações Financeiras	5	**878.885**	**824.721**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5	778.685	724.721
Aplicações Livres	5	100.000	100.000
Créditos de Operações c/ Planos de Assistência à Saúde			
Contraprestações a receber	6	3.129.509	1.247.013
Créditos tributários e previdenciários		18.770	18.770
Outros valores e bens	7	12.285.040	1.243.718
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**966.966**	**4.223**
Realizável a longo prazo		**4.223**	**4.223**
Depósitos Judiciais		4.223	4.223
Imobilizado	8	**962.743**	–
Imobiliário de Uso Próprio			
Hospitalares / Odontológicos		475.657	–
Não Hospitalares / Odontológicos		487.086	–

PASSIVO	Nota Explicativa	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		**19.001.792**	**877.080**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12		
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG		99.497	–
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		–	–
Provisão de Eventos a Liq. outros Prest. Serv. Assist.		9.892.546	217.912
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.346.243	355.683
Débitos de operações de assistência à saúde		**778.309**	–
Comercialização sobre Operações		778.309	–
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	9	2.159.428	285.534
Empréstimos e financiamentos	10	444.014	–
Débitos diversos		1.281.748	17.927
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.533.081**	–
Empréstimos e Financiamentos	10	1.533.081	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(3.246.369)**	**2.582.926**
Capital Social	14	2.005.000	2.005.000
Reservas de lucros		577.926	577.926
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		76.000	–
Prejuízos Acumulados		(5.905.295)	–
TOTAL DO PASSIVO		**17.288.504**	**3.460.006**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em Reais - R$

	Capital Social	Adiantamento para aumento de capital	Outras Reservas	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**2.005.000**	–	**96.602**	–	**2.101.602**
Resultado do período	–	–	–	481.324	**481.324**
Proposta da destinação do resultado:					
Outras reservas	–	–	481.324	(481.324)	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**2.005.000**	–	**577.926**	–	**2.582.926**
Resultado do período	–	–	–	(5.905.295)	(5.905.295)
Aumento de capital	–	76.000	–	–	76.000
Proposta da destinação do resultado:					
Outras reservas	–	–	–	–	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**2.005.000**	**76.000**	**577.926**	**(5.905.295)**	**(3.246.369)**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em Reais - R$

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A sociedade tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência à saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, ambulatorial e hospitalar, dos integrantes dos planos de saúde por ela disponibilizados, mediante exclusivo atendimento de serviços de natureza técnica e legalmente habilitados para o exercício de atividades relacionadas a saúde. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. **3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios. **c) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **d) Instrumentos financeiros:** Instrumentos não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa e outras obrigações. **e) Ativos circulantes e não circulantes: Disponibilidades - caixa e equivalentes de caixa:** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos. **Ativo imobilizado:** Corresponden aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transferiam os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. E demonstrado ao custo de aquisição. Não houve necessidade de contabilizar ou atualizar os bens por recuperabilidade. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões:** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** As Provisões técnicas foram constituídas conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar:

4. DISPONÍVEL

	2017	2016
Caixa	–	–
Bancos conta movimento	9.534	121.561
Total	**9.534**	**121.561**

5. APLICAÇÕES

	2017	2016
Fundo de investimentos - Aplicações Garantidoras	778.685	724.721
Aplicações financeiras em CDB - Livres	100.000	100.000
Total	**878.685**	**824.721**

6. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2017	2016
Mensalidades - Pessoas Físicas	887.831	–
Faturas a receber - Pessoas Jurídicas	2.269.404	1.247.013
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(27.726)	–
Total	**3.129.509**	**1.247.013**

7. OUTROS VALORES A RECEBER

	2017	2016
Adiantamento a funcionários	3.813	–
AGS Participações	351.875	692.000
Outros créditos	18.377	18.377
Adiantamentos a fornecedores	55.000	–
Auto GMC Gestão Especializada em Saúde	711.086	–
Auto Lexus Adm de Benefícios	1.500	–
Outros Tributos - Conemp. Consultoria Empresarial	9.276.425	–
Conemp. Consultoria. Empres.	–	54.000
Adto.Serv.Med-Hospital Camp.	1.866.964	479.341
Total	**12.285.040**	**1.243.718**

AGS Participações: São compostos pela venda de imóvel. CONEMP: Em virtude da acertação da Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas, CNPJ 96.350.194/0001-24, ANS 38.435-6 em referenciar seus clientes a firmarem contrato com a COOPUS PLANOS DE SAUDE LTDA. CNPJ 17.273.560/0001/12, ANS 41.916-8, a CONEMP como a Administradora da Cooperativa, firmou compromisso com a COOPUS LTDA, para que esta disponibilizasse recursos para a Cooperativa quitar sua rede credenciada, e assim que a Cooperativa livresse a Direção Fiscal e Registro de Operadora na ANS quitado, a CONEMP iniciaria a devolução do valor disponibilizado, a ser pago em até 24 parcelas. A Cooperativa teve a Direção Fiscal e Registro na ANS cancelados em 06/12/2017, assim, o valor de R$ 9.276.425,25 começará a ser devolvido a partir de janeiro/2018, em 24 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 386.517,17. Em decorrência da não aceitação da adesão no longo prazo, nos parâmetros no PSA a realizar a devolução até junho/2018. H.G.O. - Hospital Geral de Campinas Ltda: Refere-se a adiantamentos de pagamentos futuros pela prestação de serviço assistencial ao beneficiário H.G.O., o qual foi utilizado para melhoria de estrutura e equipamentos para atendimento aos beneficiários da COOPUS.

8. IMOBILIZADO

	2017			2017
	Custo	Acumulada	Deprec. Imobilizado	Imobilizado Líquido
Bens Imóveis - Hospitalares	483.503	(7.846)	475.657	–
Bens Imóveis - Não Hospitalares	489.978	(2.892)	487.086	–
Total	**973.481**	**(10.738)**	**962.743**	–

9. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2017	2016
Imposto de renda pessoa jurídica a pagar	163.133	159.759
Contribuição social sobre lucro líquido a pagar	76.430	60.261
Outros tributos e contribuições	683.644	95.270
Impostos de impostos e contribuições	1.236.229	1.268
Total	**2.159.435**	**285.558**

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Capital de giro:

Instituição	Tipo	Encargos Financeiros	Vencimento Final	Saldos dos emprést. e financ. 31/12/17	31/12/16
SICCOB	Capital de giro	CDI + Juros de 1,35% a.m.	Junho/2022	1.977.095	–
TOTAL				**1.977.095**	–
Parcela do circulante				**444.014**	–
Parcela do não circulante				**1.533.081**	–

11. PROVISÕES: Há processos Cíveis envolvendo risco de perda classificados pela Administração e pelos assessores jurídicos como possível, portanto não foi constituída a provisão para os referidos processos. Esses valores estão assim demonstrados:

	2017	2016
Cível	220.518	35.200
Trabalhista	–	–
Total	**220.518**	**35.200**

12. CONCILIAÇÃO ENTRE SUPERÁVIT / DÉFICIT E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	2017	2016
Resultado do período	(5.905.295)	481.324
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	10.739	–
Lucro (prejuízo) na alienação de bens do ativo não circulante	256.884	–
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(53.964)	(546.105)

14. Quadro de Eventos Indenizáveis: Período de 2017: Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	–	–	–	–	–	–	–
Rede Contratada	1.097.017	976.159	251.012	1.757.087	567.102	–	**4.648.377**
Reembolso	–	–	–	–	–	–	–
Intercâmbio Eventual	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL	**1.097.017**	**976.159**	**251.012**	**1.757.087**	**567.102**	–	**4.648.377**

Período de 2016: Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	–	–	–	–	–	–	–
Rede Contratada	714.728	488.233	122.058	825.895	284.314	8.414	**2.443.642**
Reembolso	–	–	–	–	–	–	–
Intercâmbio Eventual	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL	**714.728**	**488.233**	**122.058**	**825.895**	**284.314**	**8.414**	**2.443.642**

15. CAPITAL SOCIAL: O capital social da COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA está representado por 2.005.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo um capital de R$ 2.005.000.

DIRETOR
Ariel Antonio

CONTADOR
Jacinto Bruno Scagliusi - CRC 1SP. 234266-O1

ESCRITÓRIO CONTÁBIL
Equação Contábil SS Ltda. - CRC 2SP.022128-O4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da **COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA.** São Paulo/SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPUS PLANOS DE SAÚDE LTDA. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora deve apresentar posições mínimas de Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência, e Ativos Garantidores das provisões técnicas. As posições até o período findo em 31 de dezembro de 2017, foram as seguintes: Insuficiência de ativos vinculados às provisões técnicas de R$ 4.346.244, insuficiência de ativos totais lastreados às provisões técnicas de R$ 13.460.104, Insuficiência de margem de solvência de R$ 9.703.354 e insuficiência de patrimônio líquido ajustado de R$ 3.509.474. A administração da Coopus Planos de Saúde Ltda., preparou um plano de saneamento para os períodos subsequentes. Este plano prevê a solução das insuficiências de Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência e Ativos Garantidores Vinculados até período a findar em 2018, a solução da insuficiência de ativos totais lastreados até o período a findar em 2019. A Operadora apresentou no período findo em 31 de dezembro de 2017, prejuízo líquido de R$ 5.905.295. Os custos com Eventos Despesas médicas) representaram a proporção de 92% sobre as receitas de contraprestações, e as despesas administrativas representaram a proporção de 15% sobre as receitas de contraprestações. Esses custos e despesas demonstraram o prejuízo do período de 2017 de R$ 5.905.295. Nosso escopo de procedimentos de auditoria, não contempla a validação e ou aprovação da gestão adotada pela administração da operadora, referente aos custos e despesas incorridas. A administração da Coopus Ltda., preparou um plano de saneamento para os períodos subsequentes. Este plano prevê as seguintes estimativas de lucros: - Período a findar em 2018 de R$ 2.360.558 e período a findar em 2019 de R$ 3.960.815. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as companhias em regime normal de operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2017 a Operadora apresentou patrimônio líquido negativo de R$ 3.246.370. Nosso escopo de proced

AAMN INVESTIMENTOS S/A

CNPJ nº 50.079.854/0001-83

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017.

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**19.199.361,28**	**15.194.444,17**
Depósitos Judiciais	2.503,04	2.503,04
Investimentos	-	-
Imobilizado	53.241.024,25	53.961.146,28
Não Circulante	**53.243.527,29**	**53.963.649,32**
Total do Ativo	**72.442.888,57**	**69.158.093,49**

Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**2.415.647,10**	**1.563.245,42**
Não Circulante	**7.195.741,64**	**7.195.741,64**
Capital Social	26.887.394,00	26.887.394,00
Resultado Correção Monetária IPC/90	(31.386,68)	(31.386,68)
Reserva de Capital	30.649.576,00	30.649.576,00
Reserva de Lucros	265.549,07	143.929,40
Lucros Acumulados	5.060.367,44	2.749.593,71
Total Patrimônio Líquido	**62.831.490,83**	**60.399.106,43**
Total do Passivo	**72.442.888,57**	**69.158.093,49**

Demonstração de Resultado do Exercício — A Diretoria

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Operacionais Líquidas	5.426.467,56	2.646.479,26
Despesas Administrativas	(3.085.749,71)	(3.382.196,87)
Despesas Financeiras	(1.518.284,37)	(1.183.684,32)
Receitas Financeiras	2.298.454,45	2.467.717,59
Outras Receitas Operacionais	39.868,42	449.857,29
Lucro antes da CSLL	**3.160.756,35**	**996.162,95**
Provisão para Contribuição Social	(199.154,89)	(74.792,35)
Provisão para Imposto de Renda	(529.208,06)	(183.756,50)
Provisão para Imposto de Renda	(529.208,06)	(183.756,50)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	2.432.393,40	739.614,10
Lucro por ação	**0,181**	**0,055**

Demonstração de Lucros Acumulados

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**2.749.593,71**	**2.046.960,32**
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	2.432.393,40	739.614,10
Transferência para reserva legal	(121.619,67)	(36.980,71)
Saldo Final	**5.060.367,44**	**2.749.593,71**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Método Indireto	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do Exercício	2.432.393,40	739.614,10
Ajustes do Lucro Líquido	1.699.059,85	1.321.003,21
Variações Ativo/Passivo Operacional	1.277.888,90	878.576,79
Caixa Líquido usado em Investimentos	(978.937,82)	(834.414,65)
Total	4.430.404,33	2.104.779,45
Aumento Líquido ao Caixa Equivalente	4.430.404,33	2.104.779,45

Claudinei Decarle - Contabilista -TEC-CRC - 1SP202499/O-3

Apsen Farmacêutica S.A.

CNPJ/MF nº 62.462.015/0001-29 - NIRE 35300159632

Edital

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Apsen Farmacêutica S.A.**, a reunir-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 13 horas do dia 27/04/2018, na sede da Apsen Farmacêutica S.A., localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua La Paz, nº 37 - complemento 67, Santo Amaro, CEP 04755-020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: E**m Assembleia Ordinária:** (a) examinar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício encerrado em 31/12/2017; (**b**) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2017; e **Em Assembleia Geral Extraordinária** (**c**) deliberar sobre a proposta de aumento de capital social da Companhia mediante capitalização de lucros e reservas da Companhia, sem modificação do número de ações atualmente existente. **Avisos:** Foram encaminhados aos Senhores Acionistas e permanecem à disposição destes na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76.

R.C.N.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF 09.594.480/0001-30 - NIRE 35.300.356.888 - **EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** - Realizada em 29 de abril de 2017. Arquivada na JUCESP sob nº 504.866/17-5 em 01.11.2017. Por unanimidade e com as abstenções legais, os acionistas deliberaram sem ressalvas: Ordinariamente: (i) Aprovar, sem restrições, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, preparadas pela Diretoria da Companhia, conforme documento arquivado na sede da Companhia; (ii) Tendo em vista o prejuízo apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o valor de R$ 201.100.925,65 (duzentos e um milhões, cem mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos) será integralmente absorvido pela reserva de lucros da Companhia, nos termos do artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A., não havendo, portanto, distribuição de dividendos aos acionistas. (iii) Eleger, com mandato de 1 (um) ano, o qual será encerrado na Assembleia Geral Ordinária do exercício que aprovar as contas relativas ao exercício de 2017, como membros da Diretoria: (a) Luiz Roberto Ortiz Nascimento, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 424.594.868-04 e portador da cédula de identidade z-4, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica; (b) Gabriella Camargo Nascimento Palasia, brasileira, casada, bióloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 218.124.398-06 e portadora da cédula de identidade RG nº 26.177.564-9 SSP/SP, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica; (c) Luiz Eduardo de Camargo Nascimento, brasileiro, casado, industrial, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.885.638-00 e portador da cédula de identidade RG nº 26.177.563-7 SSP/SP, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica; e (d) Luiza Maria de Camargo Nascimento, brasileira, divorciada, publicitária, inscrita no CPF/MF sob o nº 311.297.098-50 e portadora da cédula de identidade RG nº 35.274.745-6 SSP/SP, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica; todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 30º andar. Os Diretores eleitos declaram, sob as penas de lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou de penas que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, contra as normas de defesa do mercado de valores mobiliários, ou que impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Os Diretores ora eleitos tomam posse mediante assinatura do respectivo Termo de Posse a ser arquivado na sede da Companhia. (iv) Fixar a remuneração global anual dos administradores, conforme proposta rubricada pela Mesa e arquivada na sede da Companhia. Extraordinariamente: (v) Ficam eleitas como mandatárias da Companhia, para representá-la em assembleia da sociedade Participações Morro Vermelho, até a próxima Assembleia Geral Ordinária de 2018 que aprovar as contas da Companhia relativas ao ano de 2017, as Diretoras: Gabriella Camargo Nascimento Palasia, brasileira, casada, bióloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 218.124.398-06 e portadora da cédula de identidade RG 26.177.564-9 - SSP-SP; e Luiza Maria de Camargo Nascimento, brasileira, divorciada, publicitária, inscrita no CPF/MF sob o nº 311.297.098-50 e portadora da cédula de identidade RG 35.274.745-6 - SSP-SP; a cada assembleia da Participações Morro Vermelho S.A. será apresentada instrução de voto às Mandatárias, as quais serão assinadas pelos acionistas da Companhia e ficarão arquivadas em sua sede.

CENTRO MÉDICO JABAQUARA S.A.

CNPJ.: 67.781.427/0001-45

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2017. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.292	3.482
Contas a receber	125	24
Impostos a recuperar	1.103	1.476
Outros	29	18
Total do ativo circulante	4.549	5.000
Ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	249	249
Imobilizado	40	70
Total do ativo não circulante	289	319
Total do ativo	4.838	5.319

Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		
Fornecedores	50	56
Salários, provisões e encargos sociais	183	179
Obrigações fiscais	48	83
Tributos parcelados	68	70
Total do passivo circulante	349	387
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	2.946	3.286
Tributos parcelados	195	231
Total do passivo não circulante	3.141	3.517
Patrimônio líquido		
Capital social	2.711	2.711
Prejuízos acumulados	(1.363)	(1.306)
Total do patrimônio líquido	1.348	1.405
Total do passivo e patrimônio líquido	4.838	5.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras do Resultado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	7.416	7.275
Deduções da receita		
Cancelamentos e abatimentos	(8)	(6)
Impostos incidentes sobre receitas	(413)	(417)
Receita líquida	6.995	6.852
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	(3.887)	(1.352)
Serviços de terceiros	(3.304)	(3.208)
Depreciação e amortização	(30)	(472)
Outros custos e despesas operacionais	(94)	(128)
Total dos custos e despesas operacionais	(7.315)	(7.160)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	(280)	(308)
Resultado financeiro líquido	223	59
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	(57)	(249)
Impostos sobre o lucro	-	85
Prejuízo do exercício	(57)	(164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras do Centro Médico Jabaquara S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas são operações não recorrentes, com contribuição com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de abatimentos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos são classificados e não circulantes quando vencem em montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de corte do balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo Cesar Braga de Almeida
Contador-CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72

Demonstrações Financeiras do Resultado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita líquida de serviços	**508.445**	509.386	**627.674**	625.112
Custo dos serviços prestados	**(505.834)**	(434.728)	**(483.469)**	(506.529)
Lucro bruto	**102.611**	74.588	**142.205**	118.583
Despesas operacionais	**(76.436)**	(76.771)	**(96.655)**	(95.701)
Com vendas, líquidas	**(5.308)**	(3.091)	**(10.060)**	(6.736)
Gerais e administrativas	**(70.847)**	(71.464)	**(82.980)**	(83.062)
Outras despesas operacionais, líquidas	**(281)**	(2.226)	**(3.615)**	(5.903)
Resultado de equivalência patrimonial	**11.287**	18.589	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**37.462**	16.406	**45.550**	22.882
Resultado financeiro	**572**	(3.192)	**164**	(3.150)
Receitas financeiras	**2.180**	179	**3.258**	1.927
Despesas financeiras	**(1.109)**	(4.085)	**(2.575)**	(5.778)
Variações cambiais, líquidas	**(499)**	714	**(517)**	701
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**38.034**	13.214	**45.714**	19.732
Imposto de renda e contribuição social	**(8.703)**	1.001	**(16.383)**	(5.517)
Corrente	**(7.132)**	-	**(12.425)**	(7.457)
Diferido	**(1.571)**	1.001	**(3.958)**	1.940
Lucro líquido do exercício	**29.331**	14.215	**29.331**	14.215
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	**3.990**	3.990		
Lucro líquido básico e o diluído por ação do capital social no final do exercício - R$	**7,35**	3,56		

Demonstrações do Resultado Abrangente - 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	**29.331**	14.215	**29.331**	14.215
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**29.331**	14.215	**29.331**	14.215

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais: A Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. ("EABR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, localizada na Avenida Junuá, nº 320 - Alphaville - Barueri - SP, que tem por objetivo a organização e gestão de serviços de assistência e o filiação de serviços de assistência a pessoas e a domicílios, incluindo principalmente serviços de socorro a veículos, serviços de assistência em viagem, tanto no Brasil quanto no exterior, bem como participação no capital de outras sociedades. A Companhia é a única acionista da CEABS Serviços S.A. ("CEABS"), sendo detentora da totalidade de suas ações e consequentemente controlador de suas decisões. A CEABS foi fundada em 2011 e tem por objeto social a exploração dos serviços de monitoramento eletrônico, rastreamento e localização de veículos, pessoas e objetos, bem como os serviços de informações de telemetria, logística e gerenciamento de frotas.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Diretoria — **Wlamir Morales Ianez** - Contador - CRC - 1SP117844/O-2

EUROP ASSISTANCE BRASIL SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA S.A.

CNPJ nº 01.020.029/0001-06

Relatório da Administração

Europ assistance — you live we care

Senhores Acionistas, em observância às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 31/12/2017 e 2016. Informamos que as demonstrações completas e auditadas encontram-se à disposição de V.Sas. na sede da Companhia. Agradecemos todo apoio recebido. Barueri, 22 de Fevereiro de 2018.

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante	**108.869**	93.876	**123.581**	105.508
Caixa e equivalentes de caixa	**54.463**	38.006	**61.417**	44.959
Contas a receber de clientes	**39.607**	42.151	**55.405**	55.491
Estoques	-	-	**688**	714
Dividendos a receber	**10.366**	9.834	-	-
Impostos a recuperar	**1.063**	496	**2.440**	748
Demais ativos circulantes	**3.370**	3.389	**3.631**	3.596
Não circulante	**104.352**	108.379	**117.038**	123.755
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	**5.187**	6.475	**4.935**	8.417
Investimentos	**66.237**	61.481	-	-
Imobilizado	**12.519**	14.696	**58.073**	57.394
Intangível	**20.409**	25.727	**54.031**	57.944
Total do ativo	**213.221**	202.255	**240.619**	229.263

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Circulante	**88.030**	85.280	**111.213**	107.363
Fornecedores	**48.209**	49.309	**60.536**	57.362
Empréstimos e financiamentos	**92**	261	**692**	4.402
Obrigações tributárias	**3.287**	3.161	**7.911**	6.989
Salários, remunerações e encargos sociais	**12.982**	9.785	**18.634**	15.843
Partes relacionadas	**8.577**	7.085	**8.577**	7.085
Adiantamento de clientes	**951**	1.537	**960**	1.540
Dividendos a pagar	**13.932**	14.142	**13.932**	14.142
Não circulante	**4.126**	8.061	**8.177**	12.986
Empréstimos e financiamentos	-	132	-	703
Partes relacionadas	-	5.625	-	5.625
Salários, remunerações e encargos sociais	**97**	-	**97**	-
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	**1.689**	1.405	**5.450**	4.974
Provisão para demandas judiciais	**2.340**	899	**2.630**	1.408
Outras obrigações	-	-	-	276
Patrimônio líquido	**121.065**	108.914	**121.230**	108.914
Capital social	**52.833**	50.726	**52.833**	50.726
Reservas de lucros	**68.232**	58.188	**68.397**	58.188
Total do passivo e patrimônio líquido	**213.221**	202.255	**240.620**	229.263

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Reserva de Lucros Para investimentos	Reserva de Lucros Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	**43.514**	**5.896**	**44.026**	-	**93.436**
Aumento de capital social	7.212	-	(7.212)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.215	14.215
Constituição de reserva legal	-	711	-	(711)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	14.767	(6.752)	8.015
Dividendos propostos	-	-	-	(6.752)	(6.752)
Em 31 de dezembro de 2016	**50.726**	**6.607**	**51.581**	-	**108.914**
Aumento de capital social	2.107	-	(2.107)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.331	29.331
Constituição de reserva legal	-	1.467	-	(1.467)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	13.932	(13.932)	-
Retificação de dividendos 2016	-	-	(3.248)	-	(3.248)
Dividendos propostos	-	-	-	(13.932)	(13.932)
Em 31 de dezembro de 2017	**52.833**	**8.074**	**60.158**	-	**121.065**

Demonstrações do Resultado - 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita líquida de serviços	**508.445**	509.386	**627.674**	625.112
Custo dos serviços prestados	**(505.834)**	(434.728)	**(483.469)**	(506.529)
Lucro bruto	**102.611**	74.588	**142.205**	118.583
Despesas operacionais	**(76.436)**	(76.771)	**(96.655)**	(95.701)
Com vendas, líquidas	**(5.308)**	(3.091)	**(10.060)**	(6.736)
Gerais e administrativas	**(70.847)**	(71.464)	**(82.980)**	(83.062)
Outras despesas operacionais, líquidas	**(281)**	(2.226)	**(3.615)**	(5.903)
Resultado de equivalência patrimonial	**11.287**	18.589	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**37.462**	16.406	**45.550**	22.882
Resultado financeiro	**572**	(3.192)	**164**	(3.150)
Receitas financeiras	**2.180**	179	**3.258**	1.927
Despesas financeiras	**(1.109)**	(4.085)	**(2.575)**	(5.778)
Variações cambiais, líquidas	**(499)**	714	**(517)**	701
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**38.034**	13.214	**45.714**	19.732
Imposto de renda e contribuição social	**(8.703)**	1.001	**(16.383)**	(5.517)
Corrente	**(7.132)**	-	**(12.425)**	(7.457)
Diferido	**(1.571)**	1.001	**(3.958)**	1.940
Lucro líquido do exercício	**29.331**	14.215	**29.331**	14.215
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)	**3.990**	3.990		
Lucro líquido básico e o diluído por ação do capital social no final do exercício - R$	**7,35**	3,56		

Demonstrações do Fluxo de Caixa
31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CS	**38.034**	13.214	**45.714**	19.732
Ajustes para conciliar o lucro do exercício				
Depreciação e amortização	**7.948**	9.062	**27.743**	23.937
Juros provisionados	**(559)**	1.383	**(196)**	1.383
Valor residual de ativo imobilizado alienado	**2.407**	1.098	**8.874**	8.483
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	**120**	(3.377)	**12**	(3.223)
Receita de equivalência patrimonial	**(11.287)**	(18.589)	-	-
Provisão para demandas judiciais	**1.441**	44	**381**	(521)
Provisão (reversão) para perda de imobilizado	-	-	**(1.266)**	1.313
Aquisição de imobilizado com passivo a liquidar	-	-	**(3.670)**	-
Aquisição de intangível com passivo a liquidar	-	-	**(241)**	-
Bônus de adimplência fiscal	-	-	**166**	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	**5.283**	10.213	**2.885**	6.381
Estoques	-	-	**26**	632
Impostos a recuperar	**(567)**	1.974	**(567)**	1.800
Demais ativos circulantes	**20**	2.581	**(1.623)**	2.940
Fornecedores	**(400)**	8.825	**5.015**	12.027
Obrigações tributárias	**520**	(132)	**758**	(837)
Salários, remunerações e encargos sociais	**3.294**	(4.970)	**2.828**	(3.782)
Partes relacionadas	**(6.992)**	6.975	**(6.992)**	12.035
Adiantamento de clientes	**(587)**	320	**(587)**	194
Outras obrigações	-	-	-	276
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(7.525)**	(929)	**(12.259)**	(9.341)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**31.150**	27.692	**67.001**	73.429
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	**6.000**	13.500	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	**(2.860)**	(8.939)	**(28.205)**	(31.770)
Caixa recebido na aquisição de controle de investida	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	**3.140**	4.561	**(28.205)**	(31.770)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos	-	18.809	-	18.859
Juros pago	**(141)**	(1.796)	**(504)**	(1.796)
Amortização de financiamentos	**(301)**	(18.897)	**(4.442)**	(28.816)
Dividendos pagos	**(17.880)**	(4.910)	**(17.880)**	(4.910)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(17.832)**	(2.294)	**(22.336)**	(12.163)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16.458**	29.959	**16.458**	29.496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**38.006**	8.047	**44.959**	15.463
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**54.463**	38.006	**61.417**	44.959
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16.458**	29.959	**16.458**	29.496

A Diretoria

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Fundado em Belo Horizonte Desde 1960

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário nº 10130945505 de 09/10/2014, no qual figura como Fiduciantes **Beatriz Lopes Nunes Melo**, quimica, RG nº 4.615.521 DGPC/GO e CPF nº 002.464.861-03 e seu esposo **Marlon Hermann Pereira Melo**, engenheiro, RG nº 13.023.139 SSP/MG e CPF nº 066.308.646-97, brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência 6.515/77, residentes e domiciliados na Rua José Paulo de Oliveira, 118, Quadra 14, lote 02, Centro, Paranaguara/GO, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 19 de Abril de 2018, às 10:00 horas,** à Av. Indianópolis, 2895, Planalto Paulista, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 205.894,24 (Duzentos e cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos),** o imóvel abaixo descrito, como um **Prédio Residencial** com área útil de 122,10m², lote 04, Quadra 04, Rua Sebastião Paula de Freitas, Bairro Setor Sul, **Paranaiguara/GO** com área de 360,00m², Matrícula nº 5881 do Ofício de Registro de Imóvel de Paranaiguara/GO, Matrícula/Cartório: 5881/Paranaiguara/GO. Obs: Ocupado por conta do adquirente. Consta averbação na matrícula nº 5881 do Ofício de Imóveis de Paranaiguara/GO, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **02 de Maio de 2018,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 147.806,77 (Cento e quarenta e sete mil oitocentos e seis reais e setenta e sete centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.vizeuonline.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **CADASTRE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão; presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.vizeuonline.com.br,** respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, ou da disputa pelo lote do leilão. Ao vencedor será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões designados, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.vizeuonline.com.br,** o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições. O horário mencionado, refere-se ao horário do leiloeiro, cabendo o(s) interessado(s) em qualquer outro veículo de comunicação, considerar o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Infs. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

38ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 38º Ofício Cível. Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº 1027219-40.2015.8.26.0100. A Dra. Paula da Rocha e Silva Formosio, Juíza de Direito da 38ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Maria Cândida Rodrigues dos Santos (CPF. 046.738.248-49), Maria dos Santos (CPF. 103.644.318-30) e Abilio Cézar dos Santos (CPF. 085.742.808-33), que Banco do Brasil S/A lhes ajuíza ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 56.650,89 (janeiro de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 497.100.448. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargarem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto processado sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 3.192,73. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 24/01/2018. 27 e 28/03

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** AVENIDA SENADOR TEOTONIO VILELA, Nº 4.287, ESQUINA COM AVENIDA DONA BELMIRA MARIN, APARTAMENTO 33 DO TIPO B, LOCALIZADO NO TERCEIRO PAVIMENTO OU ANDAR DO PREDIO 12-B DO TIPO B, EDIFICIO SUECIA, BLOCO 12, CONDOMINIO RESIDENCIAL NAÇOES UNIDAS, SITIO PARELHEIROS, BAIRRO DO RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO SAO PAULO/SP CEP 04833001

1ª leilão 18/04/2018 partir 14:30 horas
2º leilão 09/05/2018 partir 11:45 horas
Local CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
Mutuarios:
RITA DE CASSIA NEVES JORGE, CPF 84637617804
SERGIO DE OLIVEIRA JORGE, CPF 87222086820

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilao
Informações tel 1139310744 ou RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68 FREGUESIA DO "O" SAO PAULO SP CEP 02728020

ARY ANDRÉ NETO
Leiloeiro Oficial

28 – 29/03 – 03/04/2018

ECOBAN AMBIENTAL S/A

CNPJ 09.191.247/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da ECOBAN Ambiental S.A., submete, à apreciação dos Senhores Acionistas, as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Relatório da Administração A ECOBAN Ambiental S.A., legalmente constituída em 17 de janeiro de 2008, tem como objetivo a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção. Também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em diversos serviços tendo como principais, o aluguel de bens móveis e imóveis e a consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com ganhos por redução de custos e pareceres. Os investimentos em tratores e veículos destinados à obtenção de receitas com locação de bens, juntamente com as despesas que são realizadas na exploração econômica do Biogás, produzidos

ESPERANÇA SERVIÇOS MÉDICOS E DE DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ: 65.582.678/0001-75

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2017. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.796	214
Títulos e valores mobiliários	-	4.921
Impostos a recuperar	437	440
Outros	10	17
Total do ativo circulante	7.243	5.592
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	38	-
Depósitos judiciais	41	34
Imobilizado	51	65
Outros	-	8
Total do ativo não circulante	130	107
Total do ativo	7.373	5.699

Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		
Fornecedores	45	20
Salários, provisões e encargos sociais	117	133
Obrigações fiscais	103	51
Tributos correntes	171	319
Outros	-	9
Total do passivo circulante	442	532
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	51	824
Tributos parcelados	201	438
Provisão para contingência	99	-
Total do passivo não circulante	351	1.262
Patrimônio líquido		
Capital social	3.273	2.465
Reserva de lucros	3.307	1.449
Total do patrimônio líquido	6.580	3.914
Total do passivo e patrimônio líquido	7.373	5.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva para investimento	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.465	-	-	(272)	2.193
Transferência para reserva de lucro	-	964	73	(1.037)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	412	-	(412)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.721	1.721
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.465	1.376	73	-	3.914
Aumento de capital	808	-	-	-	808
Transferência para reserva de lucro	-	1.325	93	(1.418)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	441	-	(441)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.858	1.858
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.273	3.142	165	-	6.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.197	1.901
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para contingência	99	-
Juros e variações monetárias, líquidas	-	(248)
	2.296	1.653
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Impostos a recuperar	3	(35)
Depósitos judiciais	(7)	-
Outros ativos	15	(12)
Partes relacionadas	(811)	(448)
Fornecedores	25	(36)
Salários e encargos sociais	(16)	(45)
Obrigações tributárias	(287)	(174)
Tributos parcelados	(385)	(113)
Outros passivos	-	-
	(1.458)	(882)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(62)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	838	729
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital	808	-
Adições ao imobilizado	-	361
Baixas/adições do intangível	-	11
Títulos e valores mobiliários	4.921	(4.673)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	5.743	(4.301)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	6.581	(3.572)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	214	3.786
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.795	214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras do Resultado - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	3.216	3.436
Deduções	(208)	(211)
Receita líquida	3.008	3.225
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	(714)	(1.086)
Serviços de terceiros	(1.019)	(675)
Depreciação e Amortização	(14)	(12)
Utilidades e serviços	(5)	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	181	(13)
Total dos custos e despesas operacionais	(1.571)	(1.786)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	1.935	1.748
Resultado financeiro, líquido	262	153
Lucro antes do imposto de renda	2.197	1.901
Impostos sobre o lucro	(339)	(180)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.858	1.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.858	1.721
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	1.858	1.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da Esperança Serviços Médicos e de Diagnósticos S.A. são de responsabilidade da Diretoria e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade estão evidenciadas nas demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo Cesar Braga de Almeida
Contador-CRC/RJ 068991/O-5
CPF: 967.034.827-72

R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 25.142.831/0001-29 - NIRE 35.229.975.886

Ata da Assembleia Geral de Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima Fechada
sob a Denominação de R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações S.A.

Data, Hora e Local: Em 22 de maio de 2017, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 1.072 do Código Civil e no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia e Deliberações:** As Sócias decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) para melhor atender aos interesses sociais, a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade Anônima Fechada ("Companhia"), nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 da Lei nº 10.406/02, e dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404/76, passando a Companhia a ser regida nos termos e condições do seu Estatuto Social; (ii) a Companhia passou a atuar sob a denominação de **R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações S.A.**, conforme consta do seu novo com o mesmo objeto social e com o mesmo ativo e passivo, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer solução de continuidade na totalidade dos seus negócios, ficando expressamente assegurado os direitos de credores e terceiros, sem distinção; (iii) a capital social, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 500,00 passou a ser dividido em 500 ações ordinárias, nominativas e de valor nominal, sendo 499 ações de titularidade da Brexel Empreendimentos Residenciais II Ltda. e 1 ação de titularidade da Brexel Partners Ltda.; (iv) a eleição do Estatuto Social da Companhia; (v) a eleição dos Membros do Conselho de Administração, os Srs. **Rodrigo Lacombe Abbud**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 19.841.788-3 SSP/SP, CPF/MF nº 265.714.598-17; **Kenneth Aron Walner**, norte-americano, consultor, RNE nº V203480-C, CPF/MF nº 214.960.168-07; **Vitor Rangel Botelho Martins**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 11024807 SSP/MG, CPF/MF nº 041.040.466-71, todos domiciliados em São Paulo/SP, na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, CEP 04551-060, com mandato de 01 (um) ano, contado da presente data (**iii**) os Membros do Conselho de Administração, ora eleitos, tomaram posse mediante a assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, declarando que não estão impedidos; (**vi**) os acionistas decidiram pela não instalação do Conselho Fiscal neste exercício. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. **Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Lacombe Abbud p. Rodrigo Avila Sarli - Secretaria: Brexel Empreendimentos Residenciais II Ltda. p. Rodrigo Lacombe Abbud e p. Rodrigo Avila Sarli . Brexel Partners Ltda., p. Rodrigo Lacombe Abbud e p. Rodrigo Avila Sarli. Conselheiros eleitos: Rodrigo Lacombe Abbud, Kenneth Aron Walner e Vitor Rangel Botelho Martins. **Estatuto Social - Capítulo I - De Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de **R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações S.A.** e reger-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, sala 53, Vila Olímpia, CEP 04551-060, podendo abrir ou encerrar filial, escritórios, agências suaçursais, representações ou depósitos em qualquer ponto do território nacional, ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (i) a compra, venda e locação de bens próprios, móveis ou imóveis; (ii) a incorporação imobiliária do empreendimento imobiliário "Dom Offices", localizado na Avenida Dom Helder Câmara, 5471, Cachambi, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, matriculado sob o nº 96.667 do 1º Serviço Registral de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ, bem como do empreendimento imobiliário "Dom Condomínium Club", localizado na Avenida Dom Helder Câmara, 5471, Cachambi, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, matriculado sob o nº 96.668 do 1º Serviço Registral de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ; e (iii) a participação no capital de novas sociedades empresarias nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 500,00, dividido em 500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** - A propriedade das ações de emissão da Companhia será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia, sendo vedada a emissão de certificados. **Parágrafo Terceiro** - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias, bem como de conferir qualquer espécie de bônus a seus acionistas. **Artigo 6º.** Os acionistas terão preferência para subscrição de novas ações nos aumentos do capital social, conforme definido na Lei nº 6.404/76, pelo prazo mínimo de 30 dias, contados da publicação da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe de ações, na proporção das que possuírem. **Artigo 7º.** As ações de propriedade dos acionistas não poderão ser alienadas, cedidas, prometidas, ou de qualquer forma fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, ou ainda em usufruto ou fideicomisso sem prévia e expressa aprovação, por escrito, de todos os acionistas, sob pena de nulidade perante a Companhia, os acionistas e terceiros. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 8º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social, constituí órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, 01 vez por ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao final do exercício social, para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (**b**) extraordinariamente, sempre que os interesses e os dispositivos da Lei e do Estatuto Social o exigirem. **Artigo 10.** A Assembleia Geral será convocada por qualquer dos membros do Conselho de Administração, isoladamente, precedido dos anúncios e publicações dos documentos previstos em lei, nos termos e prazos por ela estabelecidos. **Parágrafo Único** - Independentemente das formalidades previstas em lei, quanto à publicação dos anúncios de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 11.** A Assembleia Geral será presidida por quem o presidente por qualquer membro do Conselho de Administração que estiver presente e que, se o caso, for escolhido pelos acionistas. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário da mesa. **Artigo 12.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata lavrar-se-ão certidões ou cópias autênticas, para os fins legais. **Parágrafo Primeiro** - A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas, desde que (i) os documentos ou propostas submetidos à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, sejam numerados seguidamente, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na Companhia; e (ii) a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticar exemplar ou cópia do projeto, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado. **Parágrafo Segundo** - Não sendo a ata lavrada na forma permitida no Parágrafo Primeiro supra, poderá ser publicada apenas o seu extrato, com sumário dos fatos ocorridos e a transcrição das deliberações tomadas. **Artigo 13.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 01 ano, que seja acionista, Diretor da Companhia ou advogado, nos termos do § 1º artigo 126 da Lei nº 6.404/76, devendo o respectivo instrumento de mandato ser protocolado na sede da Companhia, até 48 horas antes da data da respectiva Assembleia Geral. **Artigo 14.** Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, até 12 horas antes da data da Assembleia Geral. **Artigo 15.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não computados os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as matérias em relação a que a lei e o Estatuto Social prevejam quórum qualificado. **Parágrafo Primeiro** - O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente, fica sujeito às exigências e disposições da Lei Societária. **Parágrafo Segundo** - Não poderá participar da assembleia o acionista com direitos sociais suspensos. **Artigo 16.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com os quais concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que pudessem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Seção I - Membros da Administração - Artigo 17.** A Administração da Companhia compete a um Conselho de Administração e uma Diretoria, a quem caberá exercer as atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 18.** O Conselho de Administração será composto por 03 membros, todos pessoas naturais, sem designação específica, para um mandato unificado de 01 ano, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição. **Artigo 19.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação enviada por qualquer dos seus membros. **Parágrafo Primeiro** - O aviso de convocação deverá ser enviado aos membros do Conselho de Administração por carta com protocolo de recebimento ou telegrama, com cópia por e-mail, com pelo menos 04 dias úteis de antecedência da data agendada para a reunião em primeira convocação, e com pelo menos 02 dias úteis de antecedência da data agendada para a reunião em segunda convocação. Do aviso de convocação constarão a data, a local, o horário e a agenda da reunião, bem como informações e materiais pertinentes às matérias a serem discutidas na reunião. **Parágrafo Segundo** - Ficam dispensadas as formalidades de convocação previstas no parágrafo anterior caso todos os membros do Conselho de Administração estejam presentes à reunião ou declarem estar cientes da data de sua realização e de sua ordem do dia. **Parágrafo Terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, desde que uma cópia da ata da referida reunião seja assinada via fax na mesma data em que ocorreu a reunião e a respectiva cópia original posteriormente assinada por todos os conselheiros de seguida enviada à sede da Companhia. **Artigo 20.** Compete ao Conselho de Administração instalar-se-lá, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número, e serão presididas por qualquer Conselheiro, que indicará qualquer dos presentes para assumir a função de secretário da reunião. **Artigo 20.** Competirá ao Conselheiro de Administração, além das demais atribuições a ele conferidas pela legislação aplicável e pelo Estatuto Social, deliberar sobre as seguintes matérias: (**a**) eleição, reeleição, destituição e substituição dos membros da Diretoria; (**b**) propor à Assembleia Geral reformas estatutárias; (**c**) elaborar as normas básicas de estrutura administrativa e submeê-las à Assembleia Geral; e (**d**) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais. **Artigo 21.** A Diretoria será composta por 03 membros, Diretores sem designação específica, todos residentes no País, pessoas naturais, não necessitando de ser acionistas para o seu exercício, eleitos pelo Conselho de Administração, por mandato de, no máximo, 03 anos, admitidas reeleições. **Artigo 22.** Compete à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, observadas as atribuições e diretrizes fixadas neste Estatuto Social, bem como aquelas que venham a ser determinadas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - Observado o disposto no parágrafo segundo abaixo, a Companhia será obrigatoriamente representada, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, (**i**) por 02 Diretores, agindo em conjunto; ou (**ii**) por 01 Diretor em conjunto com 01 Procurador; ou ainda (**iii**) por 02 Procuradores, em conjunto, devidamente constituídos na forma dos parágrafos terceiro e quarto deste artigo. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores poderão agir isoladamente em obrigações assumidas pela Companhia, com valor de até R$ 20.000,00 por exercício fiscal. **Parágrafo Terceiro** - Os mandatários "ad negotia" da Companhia serão nomeados por procuração subscrita pelos Diretores, em conjunto, com prazo de validade não superior a 01 ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato. **Parágrafo Quarto** - As procurações "ad judicia" da Companhia serão sempre subscritas pelos Diretores, em conjunto, e outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 23.** Compete à Diretoria, como órgão de administração e de representação da Companhia, além daqueles determinados na Lei nº 6.404/76, os seguintes atos: (**a**) realizar todas as operações e praticar os atos de administração necessários à consecução dos objetivos sociais da Companhia; (**b**) executar a política administrativa, técnica, financeira e de produção da Companhia; (**c**) admitir e demitir empregados e contratar representantes, fixando-lhes a remuneração, sempre dentro dos limites fixados no Plano Anual de Negócios, no Orçamento de Operações, e no Orçamento de Despesas de Capital da Companhia previamente aprovados pela Assembleia Geral; (**d**) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar e avalizar títulos de crédito, e outros títulos e valores mobiliários, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais; (**e**) elaborar o relatório anual para os acionistas, levantar o balanço patrimonial, as contas e as demais demonstrações financeiras e propor a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos lucros, submetendo os documentos à apreciação da Assembleia Geral; (**f**) assinar os instrumentos públicos ou privados que tenham por objeto a locação total ou parcial do empreendimento imobiliário objeto da Companhia; (**g**) conceder a prestar as receitas da Diretoria; (**h**) dar cumprimento às deliberações da Diretoria, cumprindo-se elou fazendo-as cumprir; (**i**) reter entre os membros da Diretoria, a remuneração anual global aprovada pela Assembleia Geral; (**j**) assinar contratos e suas alterações, bem como todos os demais documentos que obriguem a Companhia, observado o disposto no Estatuto Social; e (**k**) praticar os demais atos e operações que lhe forem atribuídos, observados o disposto no Estatuto Social e as leis aplicáveis. **Artigo 24.** A Diretoria reunir-se-á sempre que for convocada por qualquer dos Diretores. **Parágrafo Único** - Os atos de convocação deverão indicar a ordem do dia e deverão ser entregues aos membros da Diretoria com 10 dias, no mínimo, de antecedência, dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros da Diretoria. Os avisos serão enviados aos Diretores por carta registrada ou por protocolo/fax. **Artigo 25.** Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria. **Parágrafo Único** - Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser arquivadas na Junta Comercial competente aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Artigo 26.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração. **Seção II - Disposições Gerais - Artigo 27.** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão sujeitos aos seguintes deveres e ao seguinte regime de bens: (**a**) os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão sujeitos aos seguintes deveres e ao seguinte regime de bens: (**b**) os bens de qualquer espécie de propriedade dos administradores ficarão vinculados à Companhia, ficando os administradores obrigados a prestar garantia, nos termos do parágrafo 1º do artigo 148 da Lei nº 6.404/76, de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua posse, sob pena de perdas e danos. **Artigo 28.** O exercício do cargo de Conselheiro e de Diretor independe de caução. **Artigo 29.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos além a investidura dos novos administradores eleitos, estendendo-se o prazo de gestão até esse momento. **Parágrafo Primeiro** - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a eleição. **Parágrafo Segundo** - Na Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. **Parágrafo Segundo** - No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro** - No caso de vacância de todos os cargos da Diretoria, compete ao Conselho de Administração convocar a nova eleição. **Parágrafo Quarto** - Ao eleger os novos membros, sendo certo que, até a realização da eleição, os atos urgentes de administração da Companhia ficarão a cargo do Conselho de Administração. Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, nesse caso entendido o afastamento por prazo superior a 30 dias, deverá ser convocada reunião do Conselho de Administração, no prazo de 30 dias da data de tal ocorrência, ocasião em que será eleito novo membro cujo prazo de mandato estender-se-á até o final do prazo de mandato inicial dos Diretores substituídos. **Parágrafo Quarto** - O substituto deverá cumprir o prazo de mandato do seu antecessor. **Capítulo VI - Do exercício Social, Balanço e Lucros - Artigo 30.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 31.** Ao fim de cada exercício social será levantado o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, e demais que forem exigidas por lei, sendo indelegáveis as funções de contador. **Artigo 32.** Do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendo (**a**) o saldo líquido, após a dedução do prejuízo acumulado e provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro, e o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (**a**) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no período em que o saldo dessa reserva, acrescido das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, § 1º, da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% do capital social; (**b**) 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendo; (**c**) o saldo líquido, após a dedução do prejuízo acumulado e provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro, e das contas de reserva previstas nos artigos 194 a 197 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Único** - As Demonstrações Financeiras da Companhia, inclusive o Balanço Patrimonial, ficarão à disposição dos acionistas, anualmente por ocasião das assembleias ordinárias, na Sede da Companhia. **Capítulo VII - Da Liquidação** 24. A Diretoria poderá levantar balanços mensais, trimestrais, semestrais ou relativos a outros períodos, para o fim de declarar dividendos à conta do lucro eventualmente apurado em tais balanços patrimoniais, observadas as disposições legais. **Artigo 35.** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, ou juros sobre o capital próprio, à conta de lucros apurados em balanços mensais, trimestrais, semestrais ou relativos a outros períodos. **Artigo 36.** O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas no período, a título de remuneração do capital próprio, será deduzido do montante dos dividendos, inclusive do obrigatório, e sem prejuízo dos termos deste artigo. **Artigo 37.** O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **Artigo 38.** A ação para haver dividendos prescreve em 03 anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista, mediante lançamento em livro próprio. Decorrido o prazo fixado neste artigo, os dividendos prescritos reverterão em favor da Companhia. **Artigo 39.** A Assembleia Geral poderá ainda, mediante proposta do Conselho de Administração e desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar sobre a capitalização do dividendo obrigatório ou parte deste, sob a forma de bonificação de ações. **Capítulo VIII - Da Liquidação - Artigo 40.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando os seus honorários, observadas as disposições legais. **Capítulo IX - Arbitragem - Artigo 41.** Os casos omissos serão regidos em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15.12.76, e suas alterações posteriores. **Artigo 42.** A Companhia, seus acionistas, diretores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a envidar esforços para dirimir, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda das disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável, que deverá ser conduzida em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, sendo este árbitro como cláusula compromissória para efeito do que dispõe o parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Primeiro** - Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. **Parágrafo Segundo** - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. **Artigo 43.** A Companhia obriga-se a disponibilizar para os seus acionistas todos os contratos firmados com partes relacionadas. Acordos de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários emitidos pela sociedade da Companhia. **Artigo 44.** No caso de abertura de seu capital mediante realização de distribuição pública de ações, debêntures ou bônus de subscrição, a Companhia deverá obrigar-se a cumprir especial de todas as obrigações de manutenção do Segmento de Mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no Parágrafo Terceiro do Artigo 5º, Artigo 18, Artigo 42 e Artigo 43 deste Estatuto Social. **JUCESP/NIRE** nº 35.300.505802-0 e **JUCESP** 299.186/17-3 arquivados em 05/07/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

A presidente do **SINPESP**, no uso de suas atribuições legais, convoca os(as) Srs.(as) Diretores(as) e filiados(as), para Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **11/04/2018**, na Rua Humberto I, nº 501, Vila Mariana - São Paulo / SP, sendo a primeira convocação às 19h30min e, em segunda convocação às 20:00h, quando terá início a reunião, com qualquer número de presentes. A mesma será para aprovar e votar a seguinte pauta: * Balanço e balancete do ano de 2017. * Relatório geral das atividades do ano de 2017. São Paulo, 28 março de 2018. Atenciosamente, Araceli Albino - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – **SINDILEX**, representado pelo seu Presidente no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca toda a sua categoria para Assembleia Geral Extraordinária, conforme disposto no art. 8º, "a", do Estatuto Social, a realizar-se dia 02 de abril de 2018, em sua sede, na Rua Japurá, 43 – Sobreloja, Bela Vista, São Paulo/SP, às 15:00 horas em primeira convocação e às 15:30 horas em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1 – Estado de Greve – Avaliação. São Paulo, 28de março de 2018. MARCOS ALCYR BRITO DE OLIVEIRA. Presidente – Sindilex.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **JOSÉ GALDINO DA SILVA**, auxiliar de escritório, RG nº 220984682-SSP/SP, CPF nº 249.925.038-02, e sua mulher **FRANCIMAR SANTOS GALDINO DA SILVA**, costureira, RG nº 428433446-SSP/SP, CPF nº 180.270.488-42, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados em São Bernardo do Campo/SP, residentes na Rua Zurich nº 320, apartamento nº 42, Bloco B, Suíço, ficam intimados a purgarem a mora mediante o pagamento referente a 48 (quarenta e oito) prestações em atraso, vencidas de 27/02/2014 a 27/02/2018, no valor de R$65.894,02 (sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dois centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$71.017,98 (setenta e um mil e dezessete reais e noventa e oito centavos), que atualizado até 21/04/2018, perfaz o valor de R$91.360,62 (noventa e um mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Farid Miguel Haddad nº 235, apartamento nº 36, localizado no 3º andar da Torre 09, integrante do Condomínio Residencial Vida Áurea, Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada na abertura da matrícula nº 195.545. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Dundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 as 11:00h e das 12:30 as 18h, ainda da prova do pagamento pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 05 de março de 2018. O Oficial. 26,27 e 28/03/18

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1015392-95.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Fresca, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) INY DECOR MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA, CNPJ 15.515.580/0001-27, Rua Alvarenga, 1.096, Butantã, CEP 05509-001, São Paulo - SP; RONALDO LOPES DE ALMEIDA, CPF nº 264.987.888-60, RG nº 12090242-5, NÍVIA CRISTINA OLIV

Jornal O DIA SP
São Paulo, quarta-feira, 28 de março de 2018

BAUMER S/A

Companhia Aberta
CNPJ nº 61.374.161/0001-34 - NIRE 35.300.027.213

Aviso aos acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na Sede Social, os documentos a que refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 10.303/01, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Mogi Mirim/SP, 27/03/2018.

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO/AGE

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 30 de Abril de 2018 às 09:00 h em 1ª convocação e às 10:00 h em 2ª convocação na sede da empresa à Avenida das Nações Unidas, 6.917, Pinheiros, São Paulo/SP para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Tomar ciência dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) Eleição da Diretoria para o período de 2018 a 2020; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 19 de março de 2018. Antônio Carlos Alves Bevilacqua - Diretor de Operações.

Queiroz & Basílio – Corretora de Seguros Ltda

CNPJ/NIRE nº 04.525.460/0001-94 - NIRE 352.169.550.59

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores Sócios da **Queiroz & Basílio – Corretora de Seguros Ltda** convocados para a Reunião Extraordinária a se realizar em 5.4.2018, às 10:30 horas, na sede da Galcorr Participações Ltda situada à Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (I) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Toze** - Administrador.

Galcorr Participações Ltda.

CNPJ/NIRE nº 21.877.068/0001-23 - NIRE 35.228.967.481

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Ficam os senhores Sócios da **Galcorr Participações Ltda.** ("**Sociedade**") convocados para a Reunião de Sócios a se realizar em 5.4.2018, às 10:00 horas, na sede da Sociedade, localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 13º andar, conjunto 131, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, quando os senhores Sócios serão chamados a deliberar a seguinte ordem do dia: (I) Aprovar o orçamento anual da Sociedade para o exercício de 2018. São Paulo, 26 de março de 2018. **Luiz Gustavo Toze** - Administrador.

Pirapora Agropecuária S/A

Companhia Fechada
CNPJ nº 83.699.231/0001-62 - NIRE nº 35300484011

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2344, 13º andar, conjunto 1, Jardim Paulista, São Paulo - SP, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017. São Paulo, 21 de março de 2018. Márcio Kioiti Takiguchi - Diretor Presidente.

R046 Rio de Janeiro Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/NIRE nº 25.142.831/0001-29 - NIRE 35.300.505.620

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: No dia 22/05/2017, às 14h00min, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Colocada a matéria em exame, discutida e posterior votação, restou unanimemente aprovado pelos presentes a eleição dos: (i) **Rodrigo Lacombe Abbud**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 19.841.788-3 SSP/SP, CPF/MF nº 265.114.598-17; **Rogério Lacombe Abbud**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 18.860.335-9 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 134.821.078-42; e **Giuliano Tischetti Ricci**, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG nº 29.760.252-4 SSP/SP, CPF/MF nº 313.934.238-59, todos domiciliados São Paulo/SP, na Rua Funchal, nº 418, 2º andar, Vila Olimpia, CEP 04551-060, para os cargos de Diretores, sem designação específica, os quais tomaram posse mediante a assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, declarando por não estarem impedidos. Os Diretores eleitos terão mandato de 03 anos, contados da presente data, permanecendo no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. **Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Lacombe Abbud - Presidente e Vito Rangel Botelho Martins - Secretario. Membros do Conselho de Administração: Rodrigo Lacombe Abbud, Kenneth Aron Wainer e Vito Rangel Botelho Martins. Diretores eleitos: Rodrigo Lacombe Abbud, Rodrigo Avila Sarte e Giuliano Tischetti Ricci. **JUCESP** nº 299.197/17-7, em 05/07/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE: 35.300.313.727 - Companhia Fechada

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 10 de abril de 2018, às 10 horas em 1ª Convocação e às às 10:30 horas em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, Bairro Bela Vista, nesta Capital, para apreciar e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017; **(b)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2017, em especial a distribuição de dividendos; **(c)** Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(d)** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(e)** Pagamento de gratificação aos membros da Diretoria; e **(h)** Outros assuntos de interesse da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2018. **Fernando José Garcia** (Diretor-Secretário) e **Dani Glikmanas** (Diretor-Superintendente). (27, 28 e 29/03)

Clínica Kennedy São Paulo Ltda.

CNPJ/NIRE nº 23.284.840/0001-29 - NIRE 35.230.610.969

Edital de Convocação - Reunião Sócios

Ficam convocados os Sócios da **Clínica Kennedy São Paulo Ltda.** ("**Sociedade**"), nos termos do artigo 1.072 e artigo 1.085, parágrafo único da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e das Cláusulas 9ª e 13ª, alínea "j", do seu Contrato Social, a reunirem-se em Reunião de Sócios da Sociedade, a ser realizada em 10 de abril de 2018, às 18:00 horas, na sede social, sito à Rua Pedroso Alvarenga, 1.245, 4º andar, Itaim Bibi, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04531-004, para deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **(i)** deliberar e aprovar, após o exercício do direito de defesa que lhes é conferido, a exclusão extrajudicial dos sócios Bruno Cesar Aprile e Marcelo Campos Moraes Amato, em razão da falta do cumprimento das obrigações sociais e comprovada ausência desses sócios; **(ii)** aprovar a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social, em virtude do item "(i)"; e consolidação do texto do Contrato Social; e **(iii)** tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 26 de março de 2018. Diretores: **João Paulo Machado Bergamaschi; Fernanda Costacurta de Oliveira Lopes.**

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Washington Luiz Pereira Vizeu, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 414, com escritório à Av. Indianópolis, 2895, Bairro Planalto Paulista, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **FIAU UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do contrato de financiamento imobiliário nº 1019436604 de 31/03/2011, no qual figura como Fiduciantes **Marcos Nakayama Emerichi de Souza**, RG nº 19.895.377-x SSP/SP e CPF nº 139.970.038-31, comerciante, e sua mulher **Karina Gonçalves Rodrigues de Souza**, RG nº 25.640.900-6 SSP/SP e CPF nº 285.137.888-05, professora, brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Rua Raposo Freijo, 271, Centro, Diadema/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos do art. 27 e parágrafos, no **dia 11 de Abril de 2018, às 10:00 horas**, à Av. Indianópolis, 2895, Planalto Paulista, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 331.792,51 (Trezentos e trinta e um mil setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e hum centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a proporcionalidade consolidada em nome dos credores Fiduciários constituído por: **Apartamento** nº 09 do Edifício Antigua, com área útil de 67,464m², área comum de 17,618m², e área total de 85,0824m², localizado na Rua José de Alencar, 24, Bairro Centro, **Diadema/SP**, Matrícula nº 31812 do CRI de Diadema/SP. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado data **25 de Abril de 2018**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 188.140,67 (Cento e oitenta e oito mil cento e quarenta reais e sessenta e sete centavos)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.vizeuonline.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, dicando na opção **CADASTRE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.vizeuonline.com.br**, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação do construção, perante o Registro de Imóveis, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e local da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir seu(s) direito(s) de remição, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida das vencimentos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.vizeuonline.com.br**, o qual o participante deverá ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Info. (19) 3234-5123 ou (19) 3278-0102 www.vizeuonline.com.br

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 0125558-98.2010.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz saber a Valdi Santos Andrade (CPF: 666.637.865-49), que Esquina das Tintas Ltda (Nº Ação: Ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 31.729,54 (março de 2010), referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, diferença contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial, nos termos do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. SP, 16.01.2018. 27 e 28/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0023207-32.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Regina de Oliveira Marques, na forma da Lei, etc. Faz Saber **Hilete dos Santos Paiva Camisa Nova** (CPF: 127.733.698-01) e Antonio Carlos Fernandes Camisa Nova (CPF: 127.132.988-38), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Multiplo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 155.478,74 (novembro de 2017). Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação.Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2018. 28 e 29/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0081161-33.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 30ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniela Dejuste de Paula, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Gilberto Alves Leite (CPF: 277.235.658-49), que Alves e Leite Corretora de Seguros e Administradora de Benefícios Comum, ajuizada por Sociedade Beneficente São Camilo, entidade mantenedora do Hospital São Camilo - Pompéia, lhe julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 1.137.431,15 (novembro de 2017). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias úteis, a fluir dos 20 dias supra, pague a quantia devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, sob pena de prosseguimento da ação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 28 e 29/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1069977-05.2013.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 28ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Rogério Murillo Pereira Cimino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Vaska Industria e Comercio de Metais Ltda. (CNPJ: 48.146.633/0001-04) e Espólio de José Luiz Sant'Ana San Martin Elexpe, CPF: 844.613.308-34 na pessoa do inventariante Diego Sant'ana San Martin Elexpe, CPF 389.541.998-28 que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de CONTINENTAL SECURITIZADORA S/A, objetivando a quantia de R$ 735.846,81 (setembro de 2013), referente ao Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios com Cobrança e seus aditivos. Estando os requeridos em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2018. 27 e 28/03

28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0218277-33.2007.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 28ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rogério Murillo Pereira Cimino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Cherie Distribuidora de Bijuterias e Perfumaria Ltda ME - CNPJ 71.773.014/0001-96, Ricardo dos Santos Gatti, RG 25.701.762-8 e CPF 176.670.778-61, e Valquiria Vicente da Motta, RG 34.385.975-1 e CPF 231.757.908-01, que Banco do Brasil S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$33.807,72 (29/08/2007), representada pelo Contrato de Empréstimo nº 21801-7 firmado em 30/03/2007. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargarem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 92,83 e R$ 4,31. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de janeiro de 2018. 27 e 28/03

EDITAL DE CIENCIA DE LEILÃO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** PRAÇA ALMIRANTE PENA BOTTO, Nº 5, APARTAMENTO 42, 5º PAVIMENTO OU 3º ANDAR, BLOCO 15, CONJUNTO RESIDENCIAL PAQUETÁ, SITUADO DO MATO DO COXO, BAIRRO JABACAQUERA OU RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SAO PAULO/SP. CABENDO-LHE O DIREITO A 1 VAGA INDETERMINADA NO ESTACIONAMENTO CEP 04816100

1º leilão 18/04/2018 partir 14:30 horas
2º leilão 09/05/2018 partir 11:45 horas
Local CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU, RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.
Mutuarios:
ROSANA TADEU FAZANARO, CPF 01135886822,
e cônjuge, se casado(a) estiver.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para no 1º Leilao
Informações tel 1139310744 ou RUA MANUEL JUSTINIANO QUINTAO, Nº 68 FREGUESIA DO "O" SAO PAULO SP CEP 02728020

ARY ANDRE NETO
Leiloeiro Oficial

26 - 27 - 28/03/2018

Revita Engenharia S.A.

CNPJ/NF 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 22.02.2018.

Data, Hora, Local: 22.02.2018, às 09h00, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, Pk. Itereo, sala 1, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Annafel Vargas Pereira da Silva; Secretário: José Francivito Diniz. **Deliberações Aprovadas: 1. Eleger** nos termos do Artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, ingresso de novo membro para compor a Diretoria da Companhia, sendo: **Sr. Angelo Teixeira de Castro Carvalho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 05760995-03 SSP/BA, CPF/MF nº 949.174.935-87, domiciliado em São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, com mandato até 29/09/2018, contados a partir desta data, restando, portanto, assim composta a Diretoria da Companhia da seguinte forma: *(i) Annafel Vargas Pereira da Silva*, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 19.969.925-2 SSP/SP e CPF/MF nº 161.481.318-38, cargo de Diretor sem designação específica; *(ii) Carlos Alberto Nunes Bezerra*, brasileiro, casado, economista, RG nº 11.872.528-2 SSP/SP e CPF/MF nº 054.776.088-46, cargo de Diretor sem Designação Específica; e **(iii) Ângelo Teixeira de Castro Carvalho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 05760995-03 SSP/BA, CPF/MF nº 949.174.935-87, como Diretor sem designação específica. **2. Aprovar** a alteração consignada no item anterior, deliberaram os Acionistas, por unanimidade de votos, **Eleger**, novos membros para compor a Diretoria da Companhia, sendo: **Ângelo Teixeira de Castro Carvalho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 05760995-03 SSP/BA, CPF/MF nº 949.174.935-87, como Diretor sem designação específica; e **Carlos Alberto Nunes Bezerra**, brasileiro, casado, economista, RG nº 11.872.528-2 SSP/SP e CPF/MF nº 054.776.088-46, cargo de Diretor sem Designação Específica, com mandato até 29.09.2018, contados a partir desta data, restando, portanto, assim composta a Diretoria da Companhia da seguinte forma: *(i) Annafel Vargas Pereira da Silva*, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 19.969.925-2 SSP/SP e CPF/MF nº 161.481.318-38, cargo de Diretor sem designação específica; *(ii) Carlos Alberto Nunes Bezerra*, brasileiro, casado, economista, RG nº 11.872.528-2 SSP/SP e CPF/MF nº 054.776.088-46, cargo de Diretor sem Designação Específica; e **(iii) Ângelo Teixeira de Castro Carvalho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 05760995-03 SSP/BA, CPF/MF nº 949.174.935-87, cargo de Diretor sem Designação Específica, todos com endereço comercial em São Paulo/SP. O Diretor eleito, presente à Assembleia, declara não estar incluso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.02.2018. Acionistas presentes: **Solvi Participações S.A.**, e **Serv Participações Ltda.** Diretores eleitos: **Ângelo Teixeira de Castro Carvalho, Carlos Alberto Nunes Bezerra.** JUCESP nº 123.670/18-4 em 12.03.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Vega Engenharia Ambiental S.A.

CNPJ/NF 01.832.326/0001-48 - NIRE 35.300.149.939

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 22.02.2018

Data, Hora, Local: 22.02.2018, às 11h00, sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Eleusis Bruder Di Credito, Secretário: Annafel Vargas Pereira da Silva. **Deliberações Aprovadas: 1.** Tendo em vista as renúncias apresentadas aos cargos de Diretores, **Diego Nicoletti**, brasileiro, casado, engenheiro ambiental, RG nº 29.769.255-0 SSP/SP e CPF/MF nº 310.587.088-13, e **Lucas Rodrigo Feltre**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 25.593.869 SSP/SP e CPF/MF nº 173.624.868-55, por mútuo acordo entre as Companhias, e por unanimidade de votos, **aceitam** o pedido e agradecem aos Diretores que ora deixam seus cargos, pelos serviços prestados. **2.** Ato contínuo, haja vista a alteração consignada no item anterior, deliberaram os Acionistas, por unanimidade de votos, **Eleger**, novos membros para compor a Diretoria da Companhia, sendo: **Ângelo Teixeira de Castro Carvalho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 05760995-03 SSP/BA, CPF/MF nº 949.174.935-87, como Diretor sem designação específica; e **Carlos Alberto Nunes Bezerra**, brasileiro, casado, economista, RG nº 11.872.528-2 SSP/SP e CPF/MF nº 054.776.088-46, cargo de Diretor sem Designação Específica. Nada mais. São Paulo, 22.02.2018. Acionistas presentes: **Solvi Participações S.A.**, e **Serv Participações Ltda.** Diretores eleitos: **Ângelo Teixeira de Castro Carvalho, Carlos Alberto Nunes Bezerra.** JUCESP nº 123.670/18-4 em 12.03.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

CONSTRUTORA GOMES LOURENÇO S/A

Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores

Expedido nos autos da Recuperação Judicial de Construtora Gomes Lourenço S/A, I. S. Lourenço Agrícola S/A, Vercom Vertente Grande Agropecuária e Construção Ltda., Lautis Empreendimentos e Participações S/A, GLEP Energias Renováveis e Participações S/A e PST Centrais Hidrelétricas Participações S/A | PROCESSO Nº 1003823-78.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Furtado de Oliveira Filho, na forma da Lei, etc. **Faz Saber** que pelo presente edital ficam intimados todos os credores e interessados da **Recuperação Judicial de Construtora Gomes Lourenço S/A, I. S. Lourenço Agrícola S/A, Vercom Vertente Grande Agropecuária e Construção Ltda., Lautis Empreendimentos e Participações S/A, GLEP Energias Renováveis e Participações S/A E PST Energias Renováveis e Participações S/A**, com endereço principal na **Rua Augusta, 778, Consolação, São Paulo/SP, CEP 01304-001**, com **início às 10:00, no dia 10/04/2018, às 10 horas da manhã**, sendo o cadastramento dos credores das 09horas às 10 horas, em primeira convocação, ocasião em que a assembleia será instalada com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, caso não haja quórum nesta ocasião, ficam desde já convocados os credores para a assembleia, em segunda convocação, a ser realizada no mesmo local, **no dia 26/04/2018, às 10 horas**, sendo o cadastramento dos credores das 09 horas às 10 horas, a qual será instalada com a presença de qualquer número de credores. A Assembleia ora convocada tem como objeto a deliberação pelos credores sobre a seguinte ordem do dia: a) apresentação do Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo que será protocolado pela Recuperanda até o dia 30/03/2018 no bojo do processo de recuperação judicial; b) tomada de qualquer providência que seja necessárias para a votação do Plano de Recuperação Judicial; c) aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial; d) eleição dos membros do Comitê de Credores e de seus substitutos; e) deliberação sobre outras questões de interesse das Recuperandas e/ou dos credores, e a adoção de medidas necessárias à implementação do Plano de Recuperação. A Assembleia será presidida pelo representante da Administradora Judicial nomeado por ela, ou, em falta, a **Trust Serviços Administrativos Eireli**. Os credores legitimados a votar que desejarem se fazer representar por procurador, conferirão poderes na forma do art. 37, 38 e 39 da Lei 11.101/05, deverão entregar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia, à Administradora Judicial, TRUST SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI, em seu endereço, Rua Dom José Gaspar, 134, c.j.142 - República - São Paulo/SP. Cep.-01047-010 ou mediante envio ao endereço eletrônico **rjgomeslourenco@gmail.com**, documento hábil que comprove seus poderes ou a indicação dos filhos dos sócios do processo de Recuperação Judicial em que se encontrem tais documentos. Para que os Sindicatos dos Trabalhadores possam representar seus associados, deverão observar o procedimento previsto no art. 37, §§5º e 6º, inciso I da Lei 11.101/05. Os credores poderão obter cópia do Plano de Recuperação Judicial a ser submetido à deliberação de Assembleia nos autos do processo digital nº 1003823-78.2018.8.26.0268, disponível no site do http://www.tjsp.jus.br/, ou fls. 2612/2622, bem como acesso ao aditivo do plano de recuperação judicial, que ainda será apresentado nos autos do processo em epígrafe, pela recuperanda, até o dia 30/03/2018, conforme informado na petição juntada as fls. 7561. O plano também poderá ser obtido mediante solicitação a Administradora Judicial por meio do contato eletrônico **rjgomeslourenco@gmail.com**. O Processo de Recuperação Judicial em epígrafe e seus respectivos incidentes tramitam por meio eletrônico, e podem ser acessados através do portal www.tjsp.jus.br. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. **Nada Mais.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22/03/2018.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 0014281-32.2012.8.26.0004. A Dra. Lúcia Helena Bocchi Fabichker, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP. Faz Saber a NZD Comércio e Depósito de Caixa Plástica e Paletes Ltda (CNPJ: 96.230.000/0001-02), Carlos Regina de Souza (CPF: 354.978.328-04) e Maria de Fátima Zita da Silva (CPF: 086.995.198-39), que Banco do Brasil S/A lhes ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 86.086,18 (julho de 2012). Estando as requeridas em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito (tendo isentas de custas processuais, acrescido de honorários advocatícios arbitrados em a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou oferecam embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. 27 e 28/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014972-15.2015.8.26.0007(OA) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniela Carla Russo Greco de Lemos, na forma da Lei, etc.Faz Saber a JOSE DEUZIMAR DA SILVA (C.P.F/M.F. sob nº 763.714.413-53) que POTENZA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 723,65, referente ao não pagamento das Notas Fiscais. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; bem como a intimação do executado do arresto realizado (fl. 109/110: R$ 4.087,71), sob pena de conversão em penhora. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de fevereiro de 2018. 27 e 28/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA PENHORA Processo nº: 1053705-31.2016.8.26.0002 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Obrigações Exequente Condomínio Edifício Elba Executado: Mercedes Silva Marques EDITAL DE INTIMAÇÃO DA PENHORA Processo nº: 1053705-31.2016.8.26.0002 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Obrigações Exequente Condomínio Edifício Elba Executado: Mercedes Silva Marques CPF: - 425.158.668-91, RG - 2.750.403-7, do presente edital, expedido com prazo de 20 dias, que, por este, Juízo e escrivão Carlos Cambeses, processa-se a Execução de Título Extrajudicial que lhe move Condomínio Edifício Elba. Encontrando-se a(s) executada(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO DA PENHORA realizada do imóvel descrito na matrícula nº 262.317 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, por intermédio do qual fica intimada de seu interesse para, se quiser, oferecer embargos, no prazo de 15 dias úteis, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital, que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2018. FÁBIO ROGÉRIO BOJO PELLEGRINO Juiz de Direito 28 e 29/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1067041-02.2016.8.26.0100. A Dra. Sefania Costa Andrade, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central - SP, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) OMEGA CONSTRUÇÕES MODULARES LTDA. (CNPJ/JMF nº 43.653.070/0001-51) que IRMAR DE FÁTIMA PEREIRA (CPF/MF nº 757.738.568-91), IARA DE FÁTIMA PEREIRA (CPF/MF nº 054.851.778-91) e IRATI DE FÁTIMA PEREIRA (CPF/MF nº 951.082.468-20) ajuizaram uma AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA, objetivando que lhes seja outorgada a escritura definitiva do Apartamento nº 32- A, no 3º andar, Ala "A", e01 (uma) vaga para estacionamento de veículos de passeio, no térreo, em lugar indeterminado e sem cobertura, ambos no Condomínio Edifício Villa Nazzaro, na Rua Atalaia Velha, nº 140, Mooca, São Paulo/SP, conforme descrição constante da Matrícula nº 62.324 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 07/11/17. 27 e 28/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010905-89.2013.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Rogério Bojo Pellegrino, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Ricardo Antonio Ferreira Lopes (CPF: 195.311.848-87), e Espólio de Daós Miguel, Sr. Dimitri Rocha Migu